O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	**TRACTEBEL ENERGIA S.A.**	**02.474.103/0001-19**
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA: ANTÔNIO DIB MUSSI, Nº 366				CENTRO	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
88015-110	FLORIANÓPOLIS				SC
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
48	3221-7316	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
48	3221-7002	-	-		
15 - E-MAIL					
previtali@tractebelenergia.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
MARC VERSTRAETE					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA: ANTÔNIO DIB MUSSI, Nº 366				CENTRO	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
88015-110	FLORIANÓPOLIS				SC
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
48	3221-7060	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
48	3221-7002	-	-		
16 - E-MAIL					
marc@tractebelenergia.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005

4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	5 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
ROBERTO PAULO KENEDI	898.355.657-91

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	652.742.192	652.742.192	652.742.192
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	652.742.192	652.742.192	652.742.192
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	17/04/2007	Dividendo	07/05/2007	ON	0,6023639686
02	RCA	10/05/2007	Juros Sobre Capital Próprio	25/10/2007	ON	0,1348158600
03	RCA	14/08/2007	Dividendo	25/10/2007	ON	0,5516142560
04	RCA	05/12/2007	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,1348158600
05	PROPOSTA		Dividendo		ON	0,7005499732

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
07/03/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	5.422.037	4.848.357	4.934.356
1.01	Ativo Circulante	1.100.878	771.335	784.949
1.01.01	Disponibilidades	571.755	193.806	204.619
1.01.01.01	Numerário Disponível	6.694	7.454	9.466
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	565.061	186.352	195.153
1.01.02	Créditos	458.213	530.733	462.884
1.01.02.01	Clientes	323.171	314.663	302.792
1.01.02.01.01	Consumidores, Concess. e Permissionárias	323.171	314.663	302.792
1.01.02.02	Créditos Diversos	135.042	216.070	160.092
1.01.02.02.01	Dividendos a Receber de Controladas	91.006	103.021	78.860
1.01.02.02.02	Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	8.285	23.623	11.486
1.01.02.02.03	Cauções e Depósitos Vinculados	18.375	51.511	47.399
1.01.02.02.04	Recursos Vinculados a Pgto Obrigações	0	21.643	0
1.01.02.02.05	Outros	17.376	16.272	22.347
1.01.03	Estoques	49.289	22.719	22.515
1.01.04	Outros	21.621	24.077	94.931
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	3.656	2.625	10.048
1.01.04.02	Ativo Fiscal Diferido	12.091	19.683	81.097
1.01.04.03	Outros	5.874	1.769	3.786
1.02	Ativo Não Circulante	4.321.159	4.077.022	4.149.407
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	437.275	395.672	333.203
1.02.01.01	Créditos Diversos	107.452	96.080	105.670
1.02.01.01.01	Concessionárias e Permissionárias	4.548	16.063	38.314
1.02.01.01.02	Alienação de Bens e Direitos	81.315	68.565	60.220
1.02.01.01.03	Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	21.208	10.342	7.136
1.02.01.01.04	Outros	381	1.110	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	329.823	299.592	227.533
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais	126.357	111.204	39.341
1.02.01.03.02	Ativo Fiscal Diferido	201.371	187.282	186.877
1.02.01.03.03	Outros	2.095	1.106	1.315
1.02.02	Ativo Permanente	3.883.884	3.681.350	3.816.204
1.02.02.01	Investimentos	1.156.481	843.659	887.117
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.062.602	806.786	843.498
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	63.067	34.757	41.503
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	30.812	2.116	2.116

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
1.02.02.02	Imobilizado	2.725.218	2.836.435	2.927.305
1.02.02.03	Intangível	2.185	1.256	1.782
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	5.422.037	4.848.357	4.934.356
2.01	Passivo Circulante	1.275.732	1.150.252	1.099.913
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	71.255	256.152	194.135
2.01.02	Debêntures	32.138	15.004	10.286
2.01.03	Fornecedores	229.708	235.924	112.939
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	271.724	33.747	36.372
2.01.05	Dividendos a Pagar	532.997	478.043	495.487
2.01.05.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	532.997	478.043	495.487
2.01.06	Provisões	42.847	39.542	90.679
2.01.06.01	Obrigações Estimadas	32.713	28.542	49.084
2.01.06.02	Contingências	10.134	11.000	41.595
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	95.063	91.840	160.015
2.01.08.01	Benefícios Pós-emprego	18.450	20.369	81.020
2.01.08.02	Operações com Derivativos - Swap Cambial	0	4.526	46.181
2.01.08.03	Obrigações com Programa de P&D	38.820	31.364	0
2.01.08.04	Outros	37.793	35.581	32.814
2.02	Passivo Não Circulante	1.329.452	933.534	1.148.482
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.329.452	933.534	1.148.482
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	345.302	344.197	601.949
2.02.01.02	Debêntures	560.302	200.000	198.348
2.02.01.03	Provisões	66.023	53.694	99.668
2.02.01.03.01	Obrigações Estimadas	2.794	653	22.543
2.02.01.03.02	Contingências	63.229	53.041	77.125
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	357.825	335.643	248.517
2.02.01.06.01	Tributos e Contribuições Sociais	9.259	5.383	6.230
2.02.01.06.02	Benefícios Pós-Emprego	310.333	293.725	205.755
2.02.01.06.03	Passivo Fiscal Diferido	36.535	36.535	36.532
2.02.01.06.04	Outros	1.698	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	2.816.853	2.764.571	2.685.961
2.04.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.04.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	279.392	227.110	148.500
2.04.04.01	Legal	249.496	197.214	148.257
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	29.896	29.896	243
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.906.968	2.619.189	2.399.458
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	2.543.455	2.276.942	2.066.598
3.01.02	Fornecimento de Energia Elétrica	343.794	324.491	315.922
3.01.03	Outras Receitas	19.719	17.756	16.938
3.02	Deduções da Receita Bruta	(233.408)	(211.204)	(243.640)
3.02.01	PIS e COFINS	(149.365)	(133.584)	(201.705)
3.02.02	ICMS	(61.103)	(52.598)	(41.570)
3.02.03	ISS	(377)	(361)	(365)
3.02.04	Pesquisa e Desenvolvimento	(22.563)	(24.661)	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.673.560	2.407.985	2.155.818
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.109.265)	(1.105.349)	(910.877)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada de Terceiros	(394.651)	(391.995)	(429.528)
3.04.02	Transações no Âmbito da CCEE	(177.412)	(270.281)	(4.764)
3.04.03	Custo de Produção de Energia Elétrica	(526.372)	(432.819)	(467.257)
3.04.04	Custo dos Serviços Prestados	(10.830)	(10.254)	(9.328)
3.05	Resultado Bruto	1.564.295	1.302.636	1.244.941
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(172.723)	(139.431)	(200.378)
3.06.01	Com Vendas	(179.038)	(169.719)	(118.295)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(113.716)	(111.933)	(90.525)
3.06.03	Financeiras	(62.502)	(76.562)	(51.448)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	82.025	92.761	117.363
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(144.527)	(169.323)	(168.811)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	3.442	105.245	(50.249)
3.06.04.01	Ganho em Ação Judicial	3.700	93.350	0
3.06.04.02	Const./Reversão Prov.Operac., líquida	(258)	11.895	(50.249)
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	179.091	113.538	110.139
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	185.838	120.284	116.885
3.06.06.02	Amortização de Ágio na Partic. Empresas	(6.747)	(6.746)	(6.746)
3.07	Resultado Operacional	1.391.572	1.163.205	1.044.563
3.08	Resultado Não Operacional	(1.507)	2.776	3.557
3.08.01	Receitas	1.240	46.752	31.548
3.08.02	Despesas	(2.747)	(43.976)	(27.991)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.390.065	1.165.981	1.048.120
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(350.935)	(141.099)	(123.605)
3.10.01	Imposto de Renda	(257.095)	(98.489)	(94.663)
3.10.02	Contribuição Social	(93.840)	(42.610)	(28.942)
3.11	IR Diferido	6.497	(45.736)	(4.419)
3.11.01	Imposto de Renda	5.431	(13.174)	26.114
3.11.02	Contribuição Social	1.066	(32.562)	(30.533)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	1.045.627	979.146	920.096
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	652.742.192	652.742.192	652.742.192
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,60190	1,50005	1,40959
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	1.742.155	1.335.173	1.337.013
4.01.01	Das Operações	1.045.035	1.074.361	949.301
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	1.045.627	979.146	920.096
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(592)	95.215	29.205
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	176.521	159.004	158.608
4.01.01.02.02	Juros de não Circulantes	25.350	35.533	29.803
4.01.01.02.03	Variação Monetária de não Circulantes	(28.808)	(23.564)	(102.059)
4.01.01.02.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	(185.838)	(120.284)	(116.885)
4.01.01.02.05	Amortização de Ágio	6.747	6.746	6.746
4.01.01.02.06	Const.(rev.) Prov.Oper.de não Circ, Líq.	8.120	(5.479)	45.003
4.01.01.02.07	Imposto de Renda e Cont.Social Diferidos	(6.497)	45.736	11.546
4.01.01.02.08	Outros	3.813	(2.477)	(3.557)
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	697.120	260.812	387.712
4.01.03.01	Financiamentos e Debêntures de L.Prazo	353.423	0	200.000
4.01.03.02	Dividendos de Controladas	219.943	159.021	108.860
4.01.03.03	Ativos Realiz.a LP Transf.p/o Circulante	22.335	28.981	40.884
4.01.03.04	Emprést. e Ben.Pós-Emp.Transf.p/o Circ.	101.289	55.982	36.532
4.01.03.05	Baixa de Provisão p/Manut. Programadas	0	16.025	0
4.01.03.06	Outras	130	803	1.436
4.02	Aplicações	1.538.092	1.399.126	1.583.511
4.02.01	Aumento no Ativo Realiz.a Longo Prazo	19.062	79.113	40.221
4.02.02	Ativo Circ.Transf.p/o Ativo Realiz.a LP	7.592	53.159	0
4.02.03	Investimentos	351.771	2.025	201.200
4.02.04	Aplicação no Imobilizado	67.586	64.347	36.803
4.02.05	Aplicação no Intangível e Diferido	1.428	299	716
4.02.06	Parcelamento a Receber de Ener. Elétrica	0	0	17.623
4.02.07	Dividendos Intermediários	0	0	147.000
4.02.08	Dividendos e Juros s/ o Capital Próprio	993.345	930.189	874.091
4.02.09	Emp. Financ. e Debêntures Transf.p/Circ.	70.478	248.935	182.815
4.02.10	Benefícios Pós-Emprego Transf.p/Circ.	17.557	10.654	57.938
4.02.11	Outros Passivos não Circ. Transf.p/Circ.	9.273	10.405	25.104
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	204.063	(63.953)	(246.498)
4.04	Variação do Ativo Circulante	329.543	(13.614)	(248.148)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	771.335	784.949	1.033.097
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	1.100.878	771.335	784.949
4.05	Variação do Passivo Circulante	125.480	50.339	(1.650)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	1.150.252	1.099.913	1.101.563
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	1.275.732	1.150.252	1.099.913

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.445.766	91.695	0	227.110	0	2.764.571
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.045.627	1.045.627
5.07	Destinações	0	0	0	52.282	(1.045.627)	(993.345)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	52.282	(52.282)	0
5.07.02	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	0	0	0	0	(993.345)	(993.345)
5.07.03	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	2.445.766	91.695	0	279.392	0	2.816.853

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.445.766	91.695	0	148.500	0	2.685.961
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	29.653	29.653
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	979.146	979.146
5.07	Destinações	0	0	0	78.610	(1.008.799)	(930.189)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	48.957	(48.957)	0
5.07.02	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	0	0	0	0	(930.189)	(930.189)
5.07.03	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	0	29.653	(29.653)	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	2.445.766	91.695	0	227.110	0	2.764.571

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.445.766	91.695	0	249.495	0	2.786.956
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	(147.000)	0	(147.000)
5.04.01	Dividendos Intermediários	0	0	0	(147.000)	0	(147.000)
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	920.096	920.096
5.07	Destinações	0	0	0	46.005	(920.096)	(874.091)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	46.005	(46.005)	0
5.07.02	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	0	0	0	0	(874.091)	(874.091)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	2.445.766	91.695	0	148.500	0	2.685.961

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	6.598.090	5.539.109	5.652.101
1.01	Ativo Circulante	1.264.351	792.052	836.532
1.01.01	Disponibilidades	794.091	256.840	309.137
1.01.01.01	Numerário Disponível	25.170	23.593	12.179
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	768.921	233.247	296.958
1.01.02	Créditos	398.091	485.447	406.674
1.01.02.01	Clientes	349.906	358.002	320.605
1.01.02.01.01	Consumidores, Concess. e Permissionárias	349.906	358.002	320.605
1.01.02.02	Créditos Diversos	48.185	127.445	86.069
1.01.02.02.01	Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	11.169	26.707	16.719
1.01.02.02.02	Cauções e Depósitos Vinculados	19.785	53.947	47.867
1.01.02.02.03	Recursos Vinculados ao Pgto Obrigações	0	21.643	0
1.01.02.02.04	Outros	17.231	25.148	21.483
1.01.03	Estoques	50.068	23.623	23.512
1.01.04	Outros	22.101	26.142	97.209
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	4.067	3.022	10.721
1.01.04.02	Ativo Fiscal Diferido	12.160	21.351	82.344
1.01.04.03	Outros	5.874	1.769	4.144
1.02	Ativo Não Circulante	5.333.739	4.747.057	4.815.569
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	499.546	449.210	374.497
1.02.01.01	Créditos Diversos	142.757	128.284	134.949
1.02.01.01.01	Concessionárias e Permissionárias	4.548	16.063	38.314
1.02.01.01.02	Alienação de Bens e Direitos	81.315	68.565	60.220
1.02.01.01.03	Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	24.183	13.124	10.296
1.02.01.01.04	Cauções e Depósitos Vinculados	32.330	29.422	26.119
1.02.01.01.05	Outros	381	1.110	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	356.789	320.926	239.548
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais	150.679	131.331	45.924
1.02.01.03.02	Ativo Fiscal Diferido	204.015	188.489	192.309
1.02.01.03.03	Outros	2.095	1.106	1.315
1.02.02	Ativo Permanente	4.834.193	4.297.847	4.441.072
1.02.02.01	Investimentos	113.407	36.873	43.619
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	82.595	34.757	41.503
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	30.812	2.116	2.116

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
1.02.02.02	Imobilizado	4.612.826	4.148.898	4.272.779
1.02.02.03	Intangível	75.492	77.310	80.689
1.02.02.04	Diferido	32.468	34.766	43.985

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	6.598.090	5.539.109	5.652.101
2.01	Passivo Circulante	1.479.796	1.246.812	1.187.388
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	121.024	306.079	243.343
2.01.02	Debêntures	56.560	37.834	31.090
2.01.03	Fornecedores	273.911	239.319	94.346
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	341.396	45.870	47.437
2.01.05	Dividendos a Pagar	532.997	478.043	495.487
2.01.05.01	Dividendos e Juros s/Capital Próprio	532.997	478.043	495.487
2.01.06	Provisões	43.409	39.856	91.569
2.01.06.01	Obrigações Estimadas	33.073	28.650	49.243
2.01.06.02	Contingências	10.336	11.206	42.326
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	110.499	99.811	184.116
2.01.08.01	Benefícios Pós-Emprego	18.450	20.369	81.020
2.01.08.02	Operações com Derivativos	0	4.526	65.876
2.01.08.03	Obrigações com Programa P&D	46.574	35.135	0
2.01.08.04	Outros	45.475	39.781	37.220
2.02	Passivo Não Circulante	2.301.441	1.527.726	1.778.752
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.301.441	1.527.726	1.778.752
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	970.731	610.251	911.138
2.02.01.02	Debêntures	664.919	323.344	338.196
2.02.01.03	Provisões	70.834	56.942	102.771
2.02.01.03.01	Obrigações Estimadas	2.794	653	22.869
2.02.01.03.02	Contingências	68.040	56.289	79.902
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	594.957	537.189	426.647
2.02.01.06.01	Tributos e Contribuições Sociais	12.203	5.383	6.230
2.02.01.06.02	Concessões a Pagar	234.188	201.546	178.130
2.02.01.06.03	Benefícios Pós-Emprego	310.333	293.725	205.755
2.02.01.06.04	Passivo Fiscal Diferido	36.535	36.535	36.532
2.02.01.06.05	Outros	1.698	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	2.816.853	2.764.571	2.685.961
2.04.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.04.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	279.392	227.110	148.500

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.04.01	Legal	249.496	197.214	148.257
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	29.896	29.896	243
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.364.716	3.005.108	2.559.419
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	2.421.532	2.291.922	2.097.482
3.01.02	Fornecimento de Energia Elétrica	929.246	693.848	451.716
3.01.03	Outras	13.938	19.338	10.221
3.02	Deduções da Receita Bruta	(321.289)	(299.576)	(271.053)
3.02.01	PIS e COFINS	(199.336)	(178.010)	(211.010)
3.02.02	ICMS	(95.260)	(92.887)	(59.678)
3.02.03	ISS	(377)	(361)	(365)
3.02.04	Pesquisa e Desenvolvimento	(26.316)	(28.318)	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.043.427	2.705.532	2.288.366
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.069.820)	(1.081.392)	(710.810)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada de Terceiros	(267.652)	(287.404)	(156.366)
3.04.02	Transações no Âmbito da CCEE	(181.709)	(281.313)	(7.090)
3.04.03	Custo de Produção de Energia Elétrica	(609.629)	(502.421)	(538.026)
3.04.04	Custo dos Serviços Prestados	(10.830)	(10.254)	(9.328)
3.05	Resultado Bruto	1.973.607	1.624.140	1.577.556
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(486.807)	(400.148)	(477.061)
3.06.01	Com Vendas	(216.757)	(210.149)	(164.796)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(130.121)	(133.300)	(120.158)
3.06.03	Financeiras	(134.653)	(156.208)	(135.670)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	100.602	107.666	139.086
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(235.255)	(263.874)	(274.756)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.471	105.955	(49.691)
3.06.04.01	Ganhos em Ação Judicial	3.700	94.502	0
3.06.04.02	Const./Reversão Prov.Operac., líquida	(2.229)	11.453	(49.691)
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(6.747)	(6.446)	(6.746)
3.06.06.01	Amortização de Ágio na Partic. Empresas	(6.747)	(6.746)	(6.746)
3.06.06.02	Equiv.Patrim.s/Ajuste Exercício Anterior	0	300	0
3.07	Resultado Operacional	1.486.800	1.223.992	1.100.495
3.08	Resultado Não Operacional	(1.462)	2.985	3.557
3.08.01	Receitas	1.285	47.387	31.551
3.08.02	Despesas	(2.747)	(44.402)	(27.994)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.485.338	1.226.977	1.104.052
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(446.045)	(198.362)	(176.878)
3.10.01	Imposto de Renda	(326.894)	(140.376)	(133.677)
3.10.02	Contribuição Social	(119.151)	(57.986)	(43.201)
3.11	IR Diferido	6.334	(49.469)	(7.078)
3.11.01	Imposto de Renda	5.342	(15.921)	24.156
3.11.02	Contribuição Social	992	(33.548)	(31.234)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	1.045.627	979.146	920.096
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	652.742.192	652.742.192	652.742.192
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,60190	1,50005	1,40959
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	2.190.887	1.378.041	1.438.193
4.01.01	Das Operações	1.317.330	1.274.712	1.124.991
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	1.045.627	979.146	920.096
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	271.703	295.566	204.895
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	229.119	208.364	208.108
4.01.01.02.02	Juros de não Circulantes	42.876	54.062	50.089
4.01.01.02.03	Variação Monetária de não Circulantes	(16.551)	(15.175)	(112.838)
4.01.01.02.04	Amortização do Ágio	6.747	6.746	6.746
4.01.01.02.05	Const.(rev.) Prov.Oper.de não Circ, Líq.	10.364	(5.544)	44.555
4.01.01.02.06	Imposto de Renda e Cont.Social Diferidos	(6.334)	49.469	11.745
4.01.01.02.07	Outros	5.482	(2.356)	(3.510)
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	873.557	103.329	313.202
4.01.03.01	Financiamentos e Debêntures de L.Prazo	746.073	0	200.000
4.01.03.02	Ativos Realiz.a LP Transf.p/o Circulante	24.729	30.489	45.151
4.01.03.03	Emprést. e Ben.Pós-Emp.Transf.p/o Circ.	101.289	55.982	36.532
4.01.03.04	Resgate de Cauções e Dep. Vinculados	0	0	30.083
4.01.03.05	Baixa de Provisão p/Manut. Programadas	0	16.055	0
4.01.03.06	Outras	1.466	803	1.436
4.02	Aplicações	1.951.572	1.481.945	1.749.206
4.02.01	Aumento no Ativo Realiz.a Longo Prazo	22.414	91.018	48.801
4.02.02	Ativo Circ.Transf.p/o Ativo Realiz.a LP	7.592	53.159	0
4.02.03	Investimentos	81.378	0	0
4.02.04	Aplicação no Imobilizado	672.419	69.040	43.198
4.02.05	Aplicação no Intangível e Diferido	7.626	303	718
4.02.06	Parcelamento a Receber de Ener. Elétrica	0	0	17.623
4.02.07	Dividendos Intermediários	0	0	147.000
4.02.08	Dividendos e Juros s/ o Capital Próprio	993.345	930.189	874.091
4.02.09	Pré-pagamento de Financiamento	0	0	275.247
4.02.10	Emp. Financ. e Debêntures Transf.p/Circ	138.289	315.727	257.941
4.02.11	Benefícios Pós-Emprego Transf.p/Circ.	17.557	10.654	57.938
4.02.12	Outros Passivos não Circ. Transf.p/Circ.	10.952	11.855	26.649
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	239.315	(103.904)	(311.013)
4.04	Variação do Ativo Circulante	472.299	(44.480)	(328.951)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	792.052	836.532	1.165.483
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	1.264.351	792.052	836.532
4.05	Variação do Passivo Circulante	232.984	59.424	(17.938)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	1.246.812	1.187.388	1.205.326
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	1.479.796	1.246.812	1.187.388

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Deloitte.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Tractebel Energia S.A. ("Sociedade" ou "controladora") e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tractebel Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade e suas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas, de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis básicas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, tomadas em conjunto.

5. As demonstrações contábeis básicas e as demonstrações suplementares dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, em 05 de fevereiro de 2007, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” SC

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5 (S) SC

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. As informações estão apresentadas em milhões de Reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Mensagem da Administração

O ano de 2007 foi repleto de conquistas para a Tractebel Energia. Do ponto de vista financeiro, registramos o maior lucro líquido de nossa história, R$ 1.046 milhões, resultado 7% maior do que o do ano anterior e impulsionado por um faturamento também recorde. Nosso desempenho operacional foi igualmente exemplar: as usinas, mesmo operando em elevados níveis de exigência, atingiram um índice de disponibilidade de 98%, desconsiderando-se as paradas programadas, o que nos permitiu atender inclusive a demandas adicionais, como a exportação de energia para a Argentina, possibilitando à Companhia quebrar outro recorde: o de geração anual, com quase 34 mil GWh ou 3.865 MW médios.

Tão relevante quanto os desempenhos financeiro e operacional foi o fato de, em 2007, termos iniciado uma série de projetos que inauguraram um novo ciclo de crescimento para a Tractebel Energia.

Um dos destaques dentre o conjunto dos investimentos foi a aquisição da Companhia Energética São Salvador, responsável pela construção e futura operação da hidrelétrica de mesmo nome. Localizada no Rio Tocantins, a usina representará um aumento de 243 MW na capacidade instalada da Tractebel Energia e tem seu início de produção previsto para 2009.

Outro importante acréscimo de fonte de energia renovável se deu com a aquisição da hidrelétrica Ponte de Pedra, situada na divisa dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A usina já opera comercialmente desde 2005 e, quando da aprovação da transação pelas autoridades competentes, somará 176 MW à nossa capacidade instalada.

Para fazer face a todos esses investimentos, continuaremos contando com o vigor de nosso fluxo de caixa para os próximos anos, reforçado com a venda de 256 MW médios do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito. Esta usina, em construção no Rio Tocantins e que terá 1.087 MW de potência, é um dos maiores projetos de geração de energia do Brasil, e é nossa intenção adquirir, no primeiro semestre de 2008, a parcela que nosso controlador, SUEZ Energy South America Participações Ltda. (SESA), possui no empreendimento.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com relação ao parque termelétrico, o destaque do ano foi a aquisição do projeto Seival, no Rio Grande do Sul, que poderá acrescentar até 540 MW à capacidade instalada da Companhia quando entrar em operação em 2012 e cuja maior parte da produção temos intenção de exportar para o Uruguai, transformando em riqueza para o Brasil parte do carvão mineral disponível e não utilizado no Rio Grande do Sul.

Todas estas aquisições, somadas aos resultados positivos, marcam o ano de 2007, que também foi importante para elevarmos nosso nível de conhecimento sobre projetos de fontes de energia alternativa, como a biomassa, a eólica e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). A experiência adquirida por meio das incursões que realizamos nesse segmento, ainda que algumas não tenham frutificado, reforça nossa capacidade de avaliar mais criteriosamente novas oportunidades relacionadas a essas fontes já em 2008.

Diante deste cenário e do crescimento de consumo de energia elétrica no País, sentimo-nos prontos para crescer. E para crescer com sustentabilidade. Com esse foco, em 2007, ampliamos as ações com o objetivo de fortalecer nosso compromisso com os preceitos do desenvolvimento sustentável, que demandam a mensuração de nossos resultados não apenas na dimensão operacional-financeira, mas também nos âmbitos social e ambiental.

Um importante passo foi termos oficializado nossa Visão – "Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil" – e nossa Missão – "Gerar energia para a vida". Criamos também o Comitê de Sustentabilidade, encarregado de estabelecer metas para nossa atuação sócio-ambiental, e monitorar os resultados dos nossos projetos e ações de responsabilidade corporativa.

Fomos além: aprimoramos nosso Código de Ética, em consonância com as "Regras de Organização e de Conduta das Empresas do Grupo SUEZ". O novo Código reafirma os valores que compartilhamos com nosso controlador e aprofunda as questões relativas ao comportamento ético da Companhia. Além disso, elaboramos o regimento interno de nosso Conselho de Administração com base em documento análogo adotado pela SUEZ.

Como reconhecimento pela adoção das melhores práticas no relacionamento com o mercado, fomos agraciados com o Troféu Transparência, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), em parceria com o SERASA e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), às empresas que divulgam o balanço patrimonial e demais relatórios contábeis de forma clara e precisa.

Nosso comprometimento com o crescimento sustentável foi igualmente reconhecido: as ações da Tractebel Energia integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pelo terceiro ano consecutivo, e todas nossas usinas tiveram as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 renovadas.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O crescimento robusto registrado em 2007, as boas perspectivas delineadas para os setores de infra-estrutura como um todo e as oportunidades de consolidação dentro do setor elétrico apontam para um ambiente convidativo a novos investimentos também em 2008. Se nos últimos anos passamos por transformações para nos preparar para esse novo ciclo de expansão, o exercício de 2007 definitivamente marcou nosso retorno ao crescimento. Queremos progredir, aumentando nosso *market share* de forma sustentável, sem abrir mão da ética, da eficiência e do comprometimento com o desenvolvimento sócio-ambiental das regiões onde atuamos. Estamos certos de que é dessa maneira que se gera cada vez mais valor para nossos acionistas e para a sociedade, a quem, juntamente com nossos empregados, clientes, fornecedores e todos aqueles que interagem com nossas atividades, gostaríamos de agradecer pela dedicação, apoio e confiança.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Perfil Institucional

A Tractebel Energia é a maior companhia privada de geração de energia elétrica no Brasil. Desde 1998, ano em que começou a atuar no País, dedica-se a todas as etapas da implantação e operação de usinas geradoras. A comercialização da energia produzida em suas usinas, adicionada à de terceiros, é realizada com distribuidoras, comercializadoras e clientes industriais.

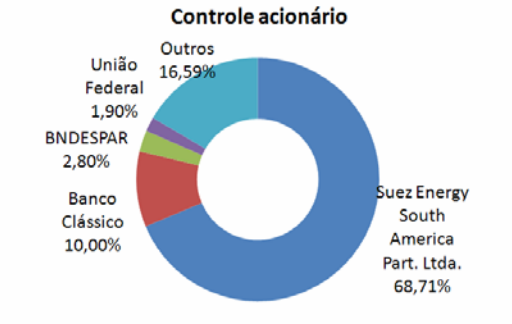
Sediada em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, ao final de 2007 a Companhia possuía parque gerador composto por seis usinas hidrelétricas e sete termelétricas, distribuídas pelos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. As termelétricas são movidas a carvão, gás, óleo e biomassa, e todas têm suas emissões de gases controladas e monitoradas pela Companhia e respeitando os limites determinados pelas normas técnicas e os órgãos de licenciamento e fiscalização ambiental. Sua capacidade de fornecimento é de 5.918 MW, dos quais 4.705 MW provenientes de geração hidrelétrica e 1.213 MW de geração termelétrica, correspondente a cerca de 6% da capacidade instalada total do Brasil.

Além das atuais 13 usinas em operação, dois novos empreendimentos estão sendo desenvolvidos no Rio Tocantins – as hidrelétricas São Salvador e Estreito, que agregarão 678 MW à capacidade da Tractebel Energia.

Adicionalmente, em 2007, a Companhia adquiriu dois outros empreendimentos de geração: o projeto termelétrico Seival, situado no Rio Grande do Sul, que deverá entrar em operação em 2012; e a hidrelétrica Ponte de Pedra, entre os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já em operação, que agregará 176 MW à capacidade total da Companhia quando da aprovação da aquisição pelos órgãos competentes. A aquisição do projeto termelétrico e da usina hidrelétrica demandou o aporte de R$ 23,8 milhões e R$ 592,0 milhões, respectivamente.

1.1. Controle Acionário

O capital total da Companhia em 31 de dezembro de 2007 era de R$ 2.445,8 milhões, representado por 652.742.192 ações ordinárias. A SUEZ Energy South America Participações Ltda. detém o controle, com 68,71% do capital.

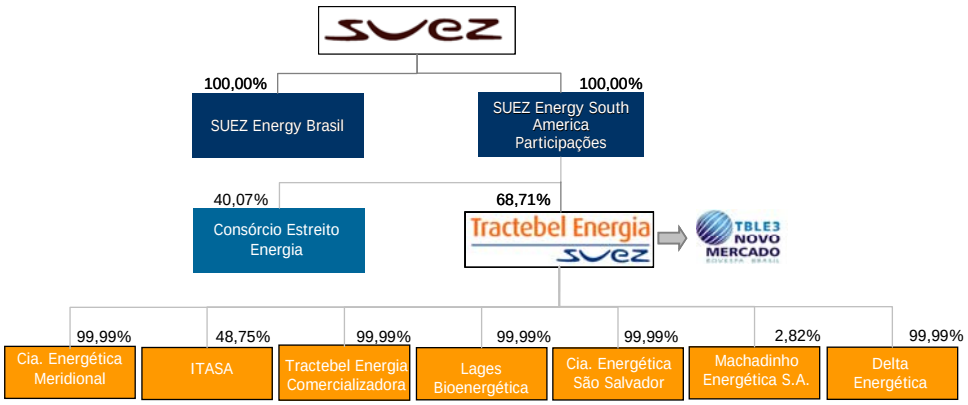


1.2. Organograma Societário

A Tractebel Energia é controlada pela SUEZ Energy South America Participações Ltda (SESA), que integra o Grupo SUEZ. A Companhia, por sua vez, detém o controle acionário da Companhia Energética São Salvador (CESS), da Companhia Energética Meridional (CEM) – em processo de incorporação -, da Lages Bioenergética Ltda. e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Além disso, com 48,75%, a Companhia possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (ITASA), empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá. Fazem parte também desse consórcio a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia de Cimento Itambé.

Em 2007, a SESA transferiu para a Tractebel Energia o controle acionário da CESS, concessionária responsável pela construção e exploração da Usina Hidrelétrica São Salvador, o que representou um investimento de R$ 304,0 milhões. No mesmo ano, a Companhia adquiriu por R$ 28,8 milhões 2,82% de participação acionária da Machadinho Energética S.A. (MAESA), responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Machadinho, agregando, dessa forma, 11,1 MW médios ao seu portfólio, e 2,34% na sua participação no consórcio, formado também pela Alcoa Alumínio S.A., Camargo Corrêa Cimentos S.A., Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas (DME), Valesul Alumínio S.A. e Votorantim Cimentos Brasil Ltda. Com essa transação, a Companhia passou a deter 19,28% daquela usina.

Outra controlada, a Tractebel Energia Comercializadora Ltda., tem como incumbência a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo compra, venda, importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações.



2. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira se manteve em crescimento ao longo de 2007, impulsionada, principalmente, pelo cenário positivo desenhado para o consumo interno, que, por sua vez, cresceu graças à estabilidade dos preços, ao aumento dos investimentos, ao fortalecimento do mercado de trabalho e à ampliação do crédito.

Mantida dentro da meta estabelecida pelo Governo, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento e fechou o ano em 4,46%. Os reajustes sucessivos do preço dos alimentos em 2007 foram uma das principais causas da elevação do índice.

A taxa de juros, no entanto, manteve a curva descendente que vinha registrando em 2006. De acordo com dados do Banco Central, a taxa Selic encerrou 2007 com seu nível nominal mais baixo, 11,25%, ou seja, uma redução de 2,00 p.p. em relação ao ano anterior.

Em 2007, a produção industrial acumulou crescimento de 6,0%, seu melhor resultado desde 2004, quando foi registrada expansão de 8,3%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice superou em muito o observado em 2006 (2,8%) e 2005 (3,1%). O aumento da produção foi abrangente, atingindo vinte e uma atividades e 66,0% dos produtos pesquisados.

Esses indicadores refletem uma resistência da economia brasileira às turbulências internacionais maior que a verificada no passado - lembrando que o mercado internacional vem sendo afetado pelas dificuldades do setor imobiliário nos Estados Unidos. Os preços no Brasil não foram muito penalizados, e as agências de classificação de risco mantêm o País próximo ao grau de investimento (*investment grade*), o que contribui para atrair investimentos estrangeiros diretos.

3. Mercado de Energia

O bom desempenho da economia brasileira teve como reflexo para o setor elétrico um aumento significativo do consumo. Em 2007, o consumo total atingiu 376,9 TWh, o que representa aumento de 5,4% em comparação a 2006, conforme dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Do total de energia elétrica gerada em 2007, 93,2% foram produzidos por hidrelétricas, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O restante foi produzido por usinas termelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira, biomassa (principalmente bagaço de cana-de-açúcar) e combustível nuclear. Vale destacar que, em 2007, o consumo industrial representou 45,9% da demanda total, ao passo que os segmentos residencial e comercial responderam por 24,1% e 15,6%, respectivamente, de acordo com a EPE.

Para atender à necessidade de expansão da infra-estrutura do País, o Governo Federal promulgou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007. O plano prevê o investimento de R$ 503,9 bilhões em infra-estrutura para os próximos quatro anos. Desse total, R$ 274,8 bilhões foram alocados para o setor elétrico. O PAC oferece benefícios, como redução de impostos atrelados a investimentos e ampliação e melhoria das condições de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Atualmente, o Grupo SUEZ desenvolve as obras de duas usinas integrantes do PAC: São Salvador, já transferida para a Tractebel Energia, e Estreito, em consórcio com outros investidores, cuja transferência da parcela da SUEZ para a Tractebel Energia deverá ocorrer no primeiro semestre de 2008.

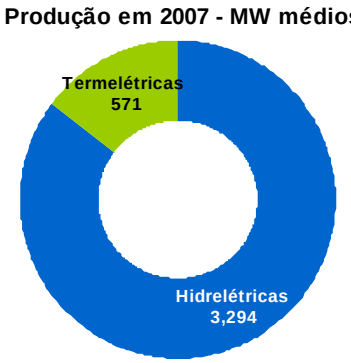
4. Desempenho Operacional

4.1. Disponibilidade

O patamar de disponibilidade alcançado pelo conjunto das usinas da Tractebel Energia em 2007 foi de 98,0%, desconsiderando-se as paradas programadas. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 93,0%, sendo 94,8% na geração hidrelétrica e 85,0% na termelétrica.

4.2. Produção

No período de 12 meses, a produção total de energia elétrica da Companhia alcançou 33.858 GWh (3.865 MW médios), sendo 28.858 GWh (3.294 MW médios) provenientes das hidrelétricas e 5.000 GWh (571 MW médios) de fontes termelétricas.



Em 2007, foi quebrado o recorde histórico de geração global, correspondendo a um acréscimo de 58,6% em relação a 2006, devido principalmente às condições hidrológicas sensivelmente melhores em 2007, em relação às usinas hidrelétricas; e devido ao aumento das exportações para a Argentina, em relação às usinas termelétricas.

Numa avaliação global desses números, é de se destacar que, apesar do incremento na solicitação de carga que culminou com o recorde anual de geração já citado, a disponibilidade total do conjunto das usinas da Tractebel Energia manteve-se em patamar elevado, o que demonstra o alto grau de confiabilidade das usinas, mesmo em condições de elevada exigência do sistema elétrico.

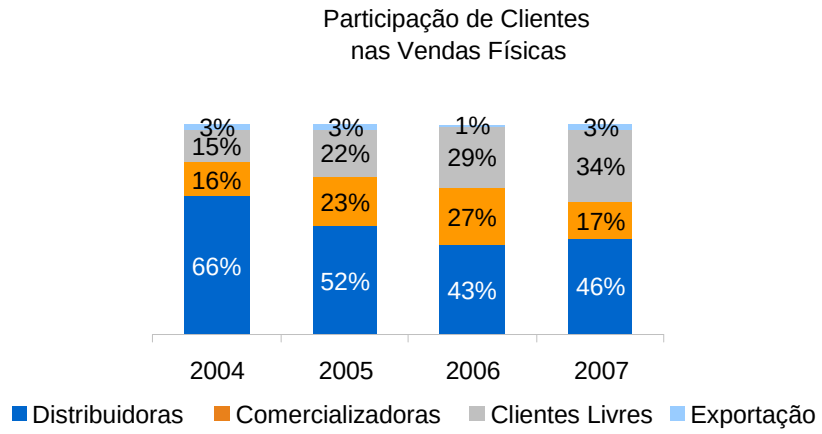
4.3. Clientes

A carteira de clientes da Tractebel Energia é bem diversificada, abrangendo distribuidoras de energia, comercializadoras e clientes livres (grandes consumidores industriais), atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante a volume e prazo.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia mantém política ativa de fidelização de clientes, através da qual presta serviços que possibilitam a adaptação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor.

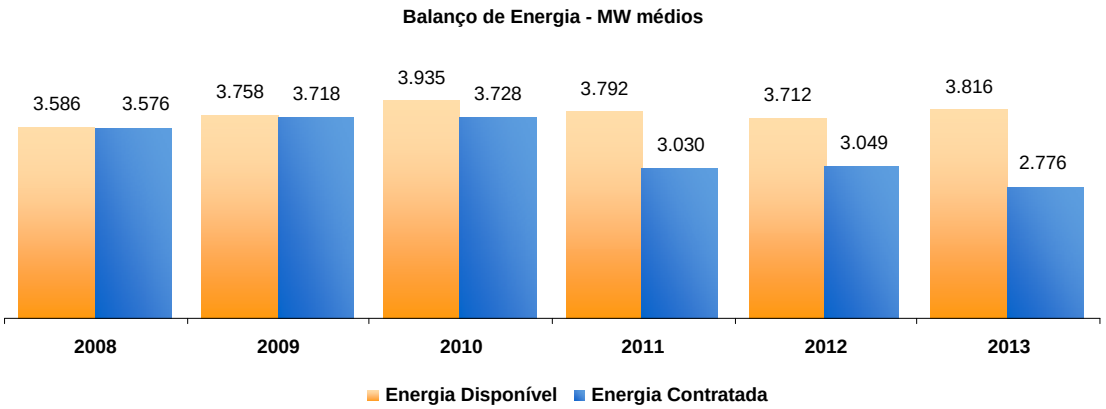
Em 2007, a presença de clientes livres no portfólio cresceu em relação ao ano anterior, alcançando 27,6% da receita operacional bruta e 33,9% das vendas físicas, representando aumento de 4,5 p.p. e 4,6 p.p., respectivamente, em comparação a 2006.



4.4. Balanço de Energia

Com base nas previsões do setor que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados acerca da energia assegurada, garantia física e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2007, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2010.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

5.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de Reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Indicadores	2007	2006	Variação
Receita Operacional Bruta	3.365	3.005	12,0%
Receita Operacional Líquida	3.043	2.706	12,5%
EBITDA	1.857	1.595	16,4%
Margem EBITDA	61,0%	59,0%	+2,0 p.p.
Resultado do Serviço – EBIT	1.628	1.387	17,4%
Resultado Financeiro	(135)	(156)	13,8%
Lucro Líquido	1.046	979	6,8%
Ativo Total	6.598	5.539	19,1%
Patrimônio Líquido	2.817	2.765	1,9%
Investimentos e Aplicações em Ativo Fixo	730	69	958,0%
Dívida Líquida Ajustada	1.019	1.025	-0,6%
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	0,0%
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,60	1,50	6,8%
Valor Patrimonial por Ação (R$)	4,32	4,24	1,9%
Preço Médio da Ação – ON (R$)	20,32	16,53	23,0%
Distribuição de Dividendos	993	930	6,8%
Mercado			
Vendas de Energia (GWh)	32.800	32.836	-0,1%
Vendas de Energia (MW médios)	3.744	3.748	-0,1%
Corpo Funcional			
Empregados	917	905	1,3%

Nota: EBITDA: lucro operacional + despesas financeiras + depreciação e amortização + amortização de ágio

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

5.2. Receita Operacional Bruta

A receita de fornecimento de energia, a partir de janeiro de 2007, passou a ser registrada líquida do ICMS recolhido por substituição tributária incidente sobre operações de vendas interestaduais. Até 31 de dezembro de 2006 este imposto vinha sendo apresentado no grupo "Deduções da receita operacional". De modo a facilitar a análise comparativa entre os períodos apresentados, a receita operacional bruta e as deduções da receita bruta relativas ao exercício de 2006, passaram, respectivamente, de R$ 3.060,7 milhões e R$ 355,2 milhões para R$ 3.005,1 milhões e R$ 299,6 milhões.

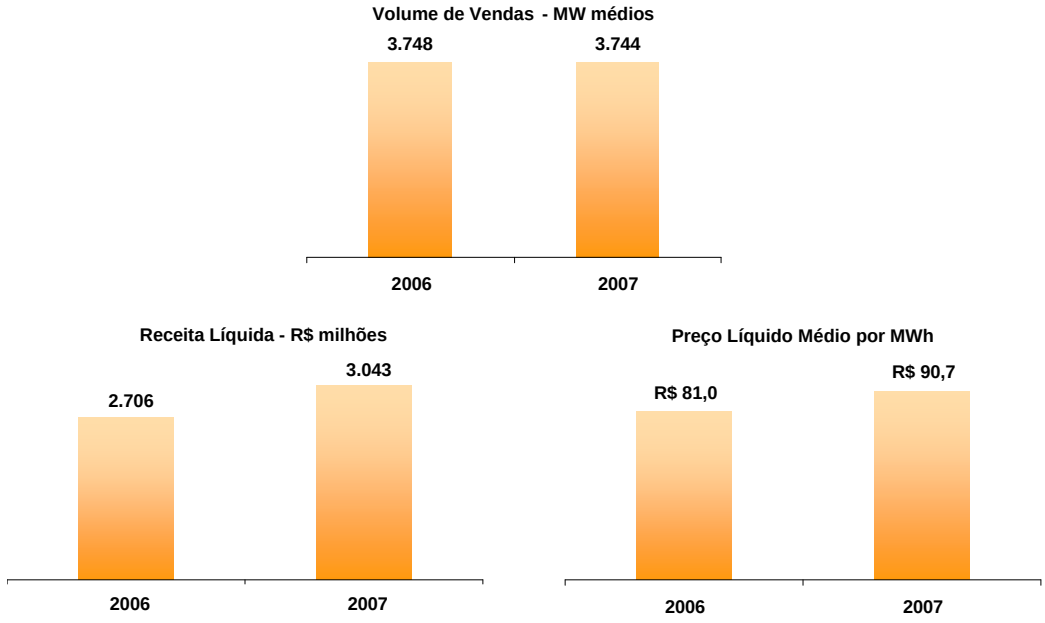
No exercício de 2007, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.364,7 milhões, 12,0% superior à receita auferida no ano de 2006, que foi de R$ 3.005,1 milhões, em função do aumento do preço médio de venda da energia em 12,0%, principalmente daquela contratada com consumidores livres, e pelo maior preço e volume de exportação de energia para atendimento das necessidades energéticas da Argentina. No ano de 2007, a quantidade de energia vendida manteve-se no mesmo patamar de 2006, da ordem de 3.740 MW médios.

5.3. Deduções da Receita Operacional

No ano de 2007, as deduções alcançaram R$ 321,3 milhões, 7,2% superior ao mesmo período de 2006, que foi de R$ 299,6 milhões. Este acréscimo deve-se, principalmente, à combinação do crescimento da receita de venda de energia com a redução do ICMS resultante da alteração na estrutura organizacional da controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda., a partir de junho de 2007, que fez com que o ICMS incidente sobre o faturamento de energia elétrica para consumidores livres do Estado de São Paulo, antes registrado como dedução da receita, passasse a ser cobrado por substituição tributária e deduzido diretamente da receita de fornecimento de energia elétrica.

5.4. Receita Operacional Líquida

No exercício de 2007, a receita líquida alcançou o valor de R$ 3.043,4 milhões, 12,5% acima do registrado em 2006, que foi de R$ 2.705,5 milhões. O aumento apresentado no ano decorreu, substancialmente, do crescimento de 12,0% do preço médio líquido de venda, que passou de R$ 80,96/MWh, em 2006, para R$ 90,65/MWh, em 2007, reflexo do incremento de preço e volume de energia vendida para consumidores livres e exportada para a Argentina.



5.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

No ano de 2007, os custos se mantiveram praticamente estáveis em relação a 2006, atingindo R$ 1.069,8 milhões em 2007 e R$ 1.081,4 milhões em 2006. A variação decorreu, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada de terceiros:** redução de R$ 19,7 milhões, ocasionada pela menor quantidade de energia adquirida para a atividade de comercialização.

- **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** redução de R$ 99,6 milhões, em função, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) queda de R$ 102,3 milhões, devido, substancialmente, a uma menor exposição na CCEE em decorrência da otimização de alocação dos recursos hidráulicos em comparação com 2006; (ii) aumento de R$ 61,4 milhões na receita resultante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), pelo maior despacho de energia das usinas hidrelétricas requerido pelo ONS; e (iii) redução de R$ 57,4 milhões, na receita, em função de menor despacho de energia da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA) em virtude de reforço de transmissão na região de Campo Grande (MS), a partir de novembro de 2006.

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** aumento de R$ 24,9 milhões em decorrência, basicamente, da conjugação dos seguintes aspectos: (i) redução de R$ 46,9 milhões devido ao menor consumo de gás verificado a partir da redução do despacho da UTWA, após o reforço de transmissão anteriormente mencionado, e ao corte no fornecimento de gás verificado no último trimestre de 2007; e (ii) aumento de R$ 72,6 milhões relativo ao consumo de carvão para atendimento à grande demanda de exportação de energia para a Argentina em 2007.

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 51,4 milhões, em decorrência do expressivo aumento no despacho pelo ONS de energia gerada nas usinas hidrelétricas em comparação com o ano anterior, que foi influenciado pela forte estiagem que atingiu a Região Sul do País. Esse incremento foi parcialmente compensado pelo aumento da receita auferida no MRE, conforme anteriormente comentado.

- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 21,4 milhões, em razão de revisão da vida útil de certos ativos de usinas hidrelétricas, a partir de janeiro de 2007.

5.6. Despesas com Vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão na rede elétrica e totalizaram R$ 216,7 milhões, 3,1% superior a 2006, em decorrência do aumento dos encargos de uso da rede por reajuste tarifário anual e das despesas com pessoal.

5.7. Despesas Gerais e Administrativas

Desconsiderando-se a despesa não-recorrente de R$ 9,1 milhões, reconhecida em 2006, em função da devolução do adicional tarifário anteriormente cobrado de clientes para compensar diferenças de PIS e COFINS, as despesas gerais e administrativas no ano de 2007 foram 4,7% superiores às de 2006, totalizando R$ 130,1 milhões. Os referidos aumentos decorreram, principalmente, do reajuste salarial anual e do reconhecimento, neste ano, da provisão para bônus dos administradores e para o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) implementado pela Companhia.

5.8. Constituição (Reversões) de Provisões Operacionais, Líquidas

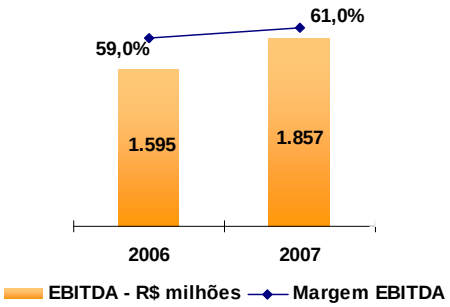
No exercício de 2007, a provisão constituída foi de R$ 2,2 milhões. Já em 2006, a reversão líquida de R$ 11,5 milhões foi resultante, principalmente, da reversão de provisão de natureza cível, no valor de R$ 22,0 milhões, e da constituição de provisão para pagamento de benefícios pós-emprego, no montante de R$ 7,9 milhões.

5.9. Ganhos em Ação Judicial

No ano de 2007, foi reconhecido o ganho de R$ 3,7 milhões, decorrente do trânsito em julgado de decisão favorável no processo que se discutia a redução da alíquota de retenção do Seguro Acidente do Trabalho. Já no exercício de 2006, a Companhia obteve ganhos em ações judiciais no valor de R$ 94,5 milhões, sendo R$ 5,8 milhões referentes a acordo efetuado em ação declaratória pelo pagamento indevido de seguro garantia em processo de concorrência internacional para importação de energia da Argentina e R$ 88,7 milhões pelo trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS.

5.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA em 2007 alcançou R$ 1.857,3 milhões, 16,4% superior ao de 2006, que foi de R$ 1.595,0 milhões. A margem EBITDA em 2007 alcançou 61,0% enquanto a de 2006 foi de 59,0%.



5.11. Resultado Financeiro

5.11.1. Receitas Financeiras

No exercício de 2007, essas receitas reduziram R$ 7,1 milhões, em função de os aumentos na renda de aplicação financeira e na variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios terem sido inferiores ao reconhecimento, no ano de 2006, de receita financeira não-recorrente relativa a juros extraordinários sobre parcelamento de dívidas de valores a receber tanto de venda de energia quanto de ganhos em processos judiciais.

5.11.2. Despesas Financeiras

No ano de 2007, essas despesas reduziram R$ 28,6 milhões em relação a 2006, em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) queda de R$ 11,1 milhões nos encargos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, devido à redução da TJLP, da SELIC e do CDI e à diminuição gradativa do endividamento pelas amortizações realizadas no exercício; (ii) crescimento de R$ 33,5 milhões na receita de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida do resultado de operação de *hedge* cambial, em razão de maior desvalorização das moedas que compõem a dívida frente ao Real; e (iii) aumento de R$ 17,5 milhões na variação monetária sobre dívidas, em função do aumento do IGP-M entre os anos comparados.

5.12. Resultado Não Operacional

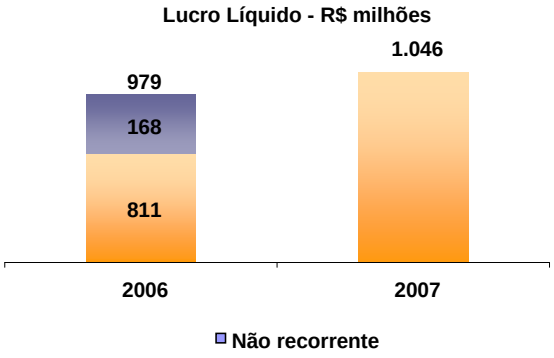
A variação de R$ 4,4 milhões entre os exercícios comparados decorre, substancialmente, da baixa de equipamentos em função de modernização efetuada em sistemas de algumas usinas da Companhia e dos efeitos decorrentes da alienação de 33,34% do Projeto Jacuí, em 2006.

5.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O aumento de R$ 191,9 milhões no exercício de 2007 deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) incremento de R$ 87,8 milhões em decorrência do crescimento do resultado antes dos tributos da Companhia; (ii) maior imposto de renda e contribuição social, no valor de R$ 12,6 milhões, em função de menor crédito de juros sobre o capital próprio no ano de 2007 em comparação com 2006; e (iii) reconhecimento de ganho fiscal extraordinário de R$ 87,1 milhões, em 2006, devido aos efeitos da alienação de 33,34% do Projeto Jacuí.

5.14. Lucro Líquido

No exercício de 2007, o lucro líquido atingiu R$ 1.045,6 milhões, 6,8% maior do que o ano anterior, que foi de R$ 979,1 milhões, representando R$ 1,60 por ação. Desconsiderando-se os eventos não-recorrentes ocorridos no ano de 2006, quais sejam os ganhos em ações judiciais e os efeitos decorrentes da alienação do Projeto Jacuí, o lucro líquido de 2007 seria 28,9% superior ao de 2006.



5.15. Distribuição de Dividendos

A Administração da Companhia aprovou a distribuição de R$ 993,3 milhões em proventos, sendo R$ 817,3 milhões na forma de dividendos e R$ 176,0 milhões como juros sobre o capital próprio, o que representa uma proposta de pagamento de 95% do lucro líquido do exercício, equivalente a R$ 1,5218031188 por ação.

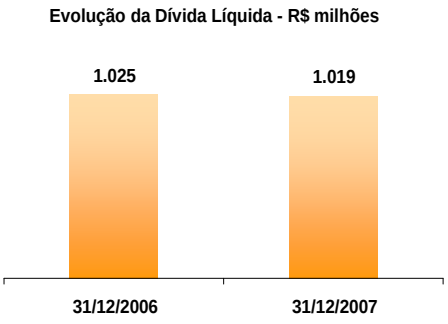
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a Companhia aprovou a intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei anteriormente mencionada. O valor dessas contribuições depende de vários fatores, tais como condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, condições macroeconômicas e estratégia de crescimento. Foi aprovada ainda a distribuição de dividendos em períodos semestrais.

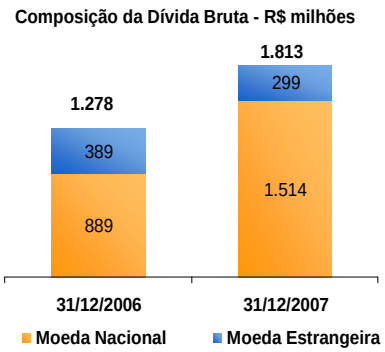
5.16. Endividamento

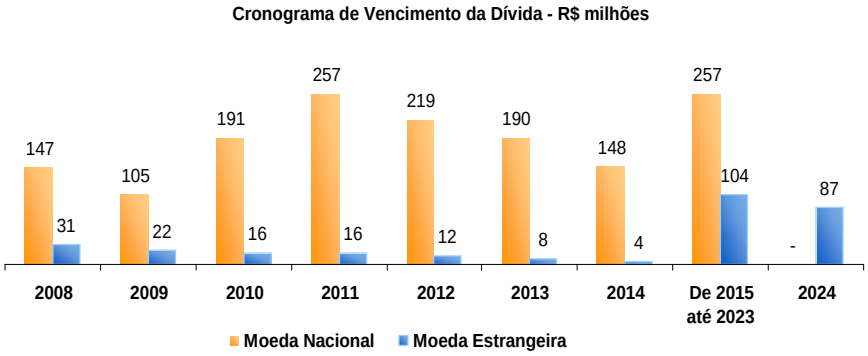
Em 31 de dezembro de 2007, a dívida líquida da Companhia (dívida total menos caixa e equivalentes e o resultado das operações de *swap*) era de R$ 1.019,1 milhões, comparada a R$ 1.025,2 milhões ao final de 2006.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 1.813,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, um incremento de 41,9% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2006. Do total da dívida no final do período, 16,5% eram em moeda estrangeira, dos quais 47,2% estavam protegidos da variação cambial das moedas frente ao Real, através de instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Companhia está relacionado à emissão de R$ 350,0 milhões em debêntures, realizada no segundo trimestre de 2007, que teve uma demanda quatro vezes superior à oferta. Adicionalmente, em 2007, houve a contratação de empréstimo junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total de R$ 570,2 milhões para fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador. O valor liberado até 31 de dezembro de 2007 foi de R$ 392,7 milhões.







5.16.1. Emissão de Debêntures

Em 21 de maio de 2007, o Conselho de Administração autorizou a emissão do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, no valor de R$ 1,5 bilhão, e a concomitante segunda emissão de debêntures da Companhia, já no âmbito do referido programa, no valor de R$ 350,0 milhões, correspondente a 35 mil debêntures. O prazo de vigência é de 7 anos para as debêntures da 1ª Série e 5 anos para as debêntures da 2ª Série, contados a partir da data de emissão, com vencimento final em 15 de maio de 2014 e 15 de maio de 2012, respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão atualizadas pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes a, no máximo, 8,70% ao ano. As debêntures da 2ª Série não serão atualizadas e farão jus a uma remuneração semestral que contemplará juros remuneratórios correspondentes a, no máximo, 103,5% da taxa DI.

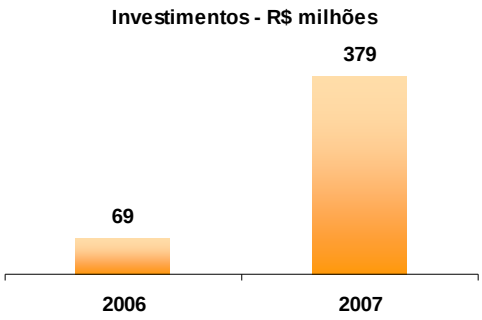
Os recursos provenientes da emissão foram destinados à aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia Energética São Salvador (CESS). Os principais adquirentes foram fundos de investimento e entidades de previdência privada.

6. Investimentos

6.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

A partir do segundo trimestre de 2007, a Companhia passou a realizar investimentos na construção da Usina Hidrelétrica São Salvador, com recursos financiados pelo BNDES. Esses investimentos atingiram R$ 305,1 milhões em 2007. Além disso, investimentos destinados aos projetos de manutenção e revitalização das usinas totalizaram R$ 74,3 milhões, 7,7% superior ao realizado em 2006.

O total acumulado de investimentos em 2007 atingiu R$ 379,4 milhões, valor significantemente superior aos R$ 69,0 milhões realizados em 2006, devido, principalmente, aos citados investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador.



6.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2007, o Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia investiu R$ 16,2 milhões, segmentados conforme abaixo:

- ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, administrado pela FINEP/MCT, foram destinados R$ 8,0 milhões;
- para custeio da Empresa de Planejamento Energético (EPE) do Ministério de Minas e Energia foram alocados R$ 6,2 milhões; e
- em projetos específicos de pesquisa e desenvolvimento aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foram aplicados efetivamente R$ 2,0 milhões, distribuídos em 22 projetos em andamento. Ainda em 2007, foi realizada a defesa perante à ANEEL de 25 novos projetos de P&D referentes ao ciclo 2006/2007, que é composto por outros 9 projetos plurianuais, todos em execução. Para investimentos nestes 34 projetos de P&D, já estão provisionados R$ 8,3 milhões. Usualmente metade dos recursos é destinada a projetos na área de meio ambiente, e a outra metade no desenvolvimento de novas tecnologias e materiais aplicados aos processos de geração de energia elétrica bem como à prospecção de fontes alternativas de energia.

7. Governança Corporativa

Os esforços da Tractebel Energia em conduzir seus negócios em conformidade com as boas práticas de governança corporativa foram reconhecidos em 2007. A Companhia foi agraciada com o Troféu Transparência, concedido pela ANEFAC em parceria com o SERASA e a FIPECAFI, às empresas que divulgam o balanço patrimonial e demais relatórios contábeis da forma mais clara e precisa.

As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado, segmento da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) integrado por companhias que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais ao exigido pela legislação. Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros e a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis.

O Conselho de Administração é composto por nove membros efetivos, sendo dois conselheiros independentes e um representante dos empregados. A Diretoria Executiva possui seis membros eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. O Conselho Fiscal possui três membros, sendo um deles indicado pelos acionistas minoritários.

A Tractebel Energia apresenta uma estrutura formada por oito comitês, cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração. Em 2007, foi criado o Comitê de Sustentabilidade, cujo objetivo é gerir projetos e ações relacionados à responsabilidade corporativa social e ambiental.

7.1. Direitos dos Acionistas

Cada ação ordinária da Companhia confere ao seu detentor um voto em assembléia geral ordinária ou extraordinária, e o direito de receber dividendos; de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle. Além disso, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

7.2. Política de Divulgação de Informações

Revisada em 2007, a Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Bovespa. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações de resultados trimestrais, os fatos relevantes, os *press releases*, os relatórios anuais, os documentos arquivados na CVM, suas políticas e práticas e outras informações institucionais estão disponíveis em seu site de Relações com Investidores.

7.3. Código de Ética e Regimento Interno do Conselho de Administração

Em 2007, a Tractebel Energia aprimorou seu Código de Ética, que explicita as normas de conduta no relacionamento com as partes interessadas – empregados, clientes, fornecedores, acionistas, comunidades e Governo. O documento está alinhado aos valores e princípios do controlador, o Grupo SUEZ.

Além disso, a Tractebel Energia elaborou e implantou, com base em documento similar utilizado por seu controlador, o regimento interno de seu Conselho de Administração.

8. Mercado de Capitais

As ações da Tractebel Energia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bovespa sob o código TBLE3. Integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e, pelo terceiro ano consecutivo, foram selecionadas para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em um ano em que o Ibovespa, índice que representa o desempenho dos 57 papéis de maior liquidez, valorizou 43,7% e que o Índice de Energia Elétrica da Bovespa (IEE), que congrega as ações do setor elétrico, apreciou 23,7%, as ações da Tractebel Energia, negociadas em 100% dos pregões da Bovespa, tiveram uma valorização de 23,1%. O volume médio diário negociado atingiu R$ 15,6 milhões, 90,0% acima da média de 2006. No final do exercício, os papéis estavam cotados a R$ 21,30/ação.

As ações apresentaram aumento na liquidez, devido, principalmente, à contratação, em 2007, de um formador de mercado, cujo contrato vai até setembro de 2008.



8.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores (telefone: 48 3221-7221) é responsável pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, através do programa Por Dentro das Usinas. Mantém contato com investidores e analistas de mercado através desses eventos, reuniões diretas, contatos telefônicos e por meio do site de Relações com Investidores da Tractebel Energia.

9. Recursos Humanos

A política de Recursos Humanos da Tractebel Energia tem como base a valorização do ser humano e está estruturada de forma a sustentar a estratégia de negócio da Companhia. Para isso investe continuamente no desenvolvimento de programas que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

Um dos instrumentos utilizados é a Pesquisa de Clima Organizacional, realizada a cada dois anos, com o objetivo de estreitar a relação de confiança entre a Companhia e os seus empregados. Em 2007, em pesquisa realizada pela Hay do Brasil, foi registrada uma melhoria no clima organizacional de 8 pontos percentuais, e 88% dos empregados consideraram a Tractebel Energia uma das melhores empresas para se trabalhar.

Outro aspecto que tem sido objeto de constante atenção da Companhia é o Programa de Sucessão, que abrange a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

A Tractebel Energia encerrou 2007 com 917 empregados. No período foram admitidos 46 novos empregados e desligados 34.

Os serviços oferecidos pela Companhia demandam mão-de-obra especializada, exigindo um quadro de profissionais altamente qualificados: 36% têm formação universitária e 38% o segundo grau técnico.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui temas como reajuste salarial, planos de previdência, benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação.

9.1. Saúde e Segurança

Em 2007, a Companhia passou a incluir em suas estatísticas de saúde e segurança do trabalho os empregados de empresas de serviços terceirizados, e desenvolveu diversas ações de conscientização sobre a importância de se ter um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Como resultado, em 2007 não houve acidentes de trabalho fatais em suas instalações. A taxa de freqüência foi de 1,86 e a taxa de gravidade de 0,07 para um total de 4.836.731 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e por empregados de empresas de serviços terceirizados.

No exercício de 2007 foram efetuadas também as adequações previstas nas Normas Regulamentadoras NR 10 e NR 33, do Ministério do Trabalho e Emprego, voltadas à segurança dos trabalhadores que lidam com instalações elétricas e com espaço confinado.

Anualmente um *check-up* médico é realizado por todos os empregados. Além disso, todos possuem um Plano Individual de Saúde, que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames de cada empregado.

9.2. Benefícios

A Tractebel Energia oferece aos empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica.

Oferece também seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença maternidade e paternidade, auxílio creche e alimentação, previdência privada e auxílio no atendimento a portadores de necessidades especiais.

O Plano de Previdência Privada da Companhia, administrado pela PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, tem a participação de 94,3% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida. Em 2007, a Companhia repassou R$ 8,8 milhões para este plano, e mais R$ 1,0 milhão para o custeio de despesas administrativas daquela sociedade.

Ainda em 2007, a Tractebel Energia assinou um termo de adesão com a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), com o objetivo de voltar a patrocinar, nesta instituição, parte dos ex-empregados aposentados que são de sua responsabilidade e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar. Com esta decisão, a Tractebel Energia atendeu aos anseios de mais de 2.200 participantes.

9.3. Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia possui programa de treinamento e desenvolvimento, além de oferecer auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2007, a média de treinamento por empregado foi de 80,5 horas/homem, 16,7% superior ao registrado no ano de 2006, que totalizou 69 horas/homem.

9.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A política de remuneração da Companhia está alinhada às praticas de mercado e é monitorada por meio de pesquisas salariais.

Em 2007, foram distribuídos aos empregados R$ 12,2 milhões como participação nos lucros do exercício anterior. A distribuição foi proporcional à remuneração e levou em consideração o desempenho individual e as metas alcançadas.

10. Responsabilidade Sócio-Ambiental

Promover rentabilidade e o desenvolvimento sustentável de longo prazo é um desafio constante. Para conciliar crescimento econômico com desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, a Companhia segue três princípios fundamentais:

- prover soluções sustentáveis sob os pontos de vista econômico, social e ambiental;
- controlar os impactos dos empreendimentos; e
- criar valor para os acionistas e a sociedade.

O plano de gestão ambiental da Companhia segue as premissas detalhadas no seu Código de Meio Ambiente, disponível em seu site (www.tractebelenergia.com.br). O documento prevê o controle permanente da emissão, deposição e aproveitamento de resíduos, a preservação dos recursos naturais e a recuperação de áreas ou ecossistemas degradados.

Além de cumprirem as condicionantes estabelecidas pelas licenças ambientais e a legislação vigente, todas as usinas da Tractebel Energia são abrangidas pelo Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, certificado conforme os requisitos da NBR ISO 9001 e da NBR ISO 14001.

Uma de suas usinas, a Unidade de Co-geração Lages, está oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), caracterizada pela realização de uma atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto. A termelétrica está, portanto, habilitada a gerar créditos de carbono para comercialização pela Lages Bioenergética. Em 2007, Lages fechou contrato de venda de 750.000 toneladas de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), volume que representa 40% do total de RCEs a serem emitidas, e que deverá ser entregue ao Prototype Carbon Fund (PCF) em parcelas anuais até 2013.

A Tractebel Energia possui três programas de atuação em questões sociais e culturais:

- Programa Tractebel Energia de Responsabilidade Social, com foco na melhoria na qualidade de vida de crianças de comunidades carentes, na área de atuação da Companhia. Em 2007, foram aplicados mais de R$ 2,2 milhões;
- Programa Tractebel Energia de Melhoria Ambiental, com foco na educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento nos locais onde a Companhia possui empreendimentos. Em 2007, destacamos o plantio de mais de 290 mil árvores nativas em áreas da Companhia ou adjacentes; e
- Programa Tractebel Energia de Desenvolvimento Cultural, com foco no desenvolvimento cultural das comunidades onde a Companhia está situada. Em 2007 foram aplicados mais de R$ 1,6 milhão.

Também em 2007 foi instituído o Comitê de Sustentabilidade Tractebel Energia, que possui entre suas atribuições criar um sistema pró-ativo de responsabilidade sócio-ambiental, bem como assegurar a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados.

11. Auditores Independentes

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2007.

12. Agradecimentos

A Tractebel Energia agradece a seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2007.

A Administração

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação suplementar)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146	1.045.627	979.146
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	176.521	159.004	229.119	208.364
Resultado de equivalência patrimonial	(185.838)	(120.284)	-	-
Amortização de ágio	6.747	6.746	6.747	6.746
Variação monetária e cambial, líquida	(33.137)	(12.711)	(16.320)	(1.938)
Juros líquidos	38.270	41.214	54.981	57.397
Constituição (reversão) de provisão operacional, líquida	4.781	(11.202)	6.758	(11.006)
Aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento	-	31.364	-	35.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.497)	45.736	(6.334)	49.469
Outros	236	6.592	(1.465)	6.669
	1.046.710	**1.125.605**	**1.319.113**	**1.329.923**
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	21.643	(21.643)	21.643	(21.643)
Consumidores e concessionárias	3.007	14.155	19.612	(11.371)
Tributos e contribuições sociais a compensar	5.795	(12.948)	5.861	(10.412)
Almoxarifado	(26.570)	(204)	(26.445)	(111)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	32.849	(62.714)	33.061	(76.303)
Alienações de bens e direitos	(551)	3.703	9.333	3.273
Despesas antecipadas	(2.230)	7.424	(2.243)	7.700
Outros	(2.688)	4.080	(2.975)	3.568
	31.255	**(68.147)**	**57.847**	**(105.299)**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(6.216)	87.529	36.400	107.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.373	(898)	14.352	2.731
Tributos e contribuições sociais	243.718	(12.214)	303.993	(11.157)
Obrigações estimadas	6.288	3.738	6.295	3.732
Provisão para contingências	(5.615)	(11.852)	(6.806)	(11.983)
Benefícios pós-emprego	(29.334)	(30.374)	(29.334)	(30.374)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	7.456	-	11.399	-
Outros	3.318	2.767	3.548	1.001
	233.988	**38.696**	**339.847**	**61.888**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**1.311.953**	**1.096.154**	**1.716.807**	**1.286.512**
Atividades de investimento				
Aplicação no imobilizado	(67.586)	(64.347)	(372.199)	(69.040)
Aplicação no intangível e diferido	(1.428)	(299)	(5.346)	(303)
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades de controlada adquirida	(351.771)	(2.025)	(327.001)	-
Dividendos recebidos de controladas	231.958	134.860	-	-
Recursos (utilizados nas) recebidos das atividades de investimentos	**(188.827)**	**68.189**	**(704.546)**	**(69.343)**
Atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures	353.423	-	693.363	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(132.268)	(177.169)	(202.041)	(243.541)
Liquidações de operações com *swaps*	(26.077)	(59.096)	(26.077)	(87.034)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(940.255)	(938.891)	(940.255)	(938.891)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	**(745.177)**	**(1.175.156)**	**(475.010)**	**(1.269.466)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**377.949**	**(10.813)**	**537.251**	**(52.297)**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	193.806	204.619	256.840	309.137
Saldo final	571.755	193.806	794.091	256.840
	377.949	**(10.813)**	**537.251**	**(52.297)**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	73.191	90.410	114.892	137.682
Imposto de renda e contribuição social	102.500	92.093	154.470	150.147
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	16.974	65.555	21.638	67.188
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	545.279	492.189	545.279	492.189
Dividendos propostos a receber de controladas	91.006	103.021	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	29.653	-	29.953

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação suplementar)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	2.906.968	2.619.189	3.364.716	3.005.108
Ganhos em ações judiciais	3.700	93.350	3.700	94.502
Resultado não operacional	(1.507)	2.776	(1.462)	2.985
	2.909.161	**2.715.315**	**3.366.954**	**3.102.595**
(-) Insumos				
Materiais	(21.271)	(22.220)	(23.299)	(23.897)
Serviços de terceiros	(75.045)	(67.727)	(87.539)	(78.240)
Combustível para produção de energia	(118.684)	(95.575)	(126.960)	(102.070)
Energia elétrica comprada para revenda	(394.651)	(391.995)	(267.652)	(287.404)
Transações no âmbito da CCEE	(177.412)	(270.281)	(181.709)	(281.313)
Encargos de uso da rede elétrica	(169.161)	(162.625)	(205.762)	(202.545)
Seguros	(6.798)	(6.097)	(7.924)	(7.561)
Outros	(21.460)	(3.966)	(23.715)	(9.734)
	(984.482)	**(1.020.486)**	**(924.560)**	**(992.764)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.924.679**	**1.694.829**	**2.442.394**	**2.109.831**
Depreciação e amortização	(176.521)	(159.004)	(229.119)	(208.364)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**1.748.158**	**1.535.825**	**2.213.275**	**1.901.467**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	82.025	92.761	100.602	107.666
Resultado de participações societárias	179.091	113.538	(6.747)	(6.446)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.009.274**	**1.742.124**	**2.307.130**	**2.002.687**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	2007	%	2006	%	2007	%	2006	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	94.073	4,7	81.782	4,7	95.777	4,2	83.432	4,2
Benefícios	23.802	1,2	21.622	1,2	24.101	1,0	21.885	1,1
Participação nos resultados	13.001	0,6	11.901	0,7	13.038	0,6	11.938	0,6
	130.876	**6,5**	**115.305**	**6,6**	**132.916**	**5,8**	**117.255**	**5,9**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	119.134	5,9	152.838	8,8	167.084	7,2	216.720	10,8
Outras despesas financeiras	6.028	0,3	3.646	0,2	6.764	0,3	5.391	0,3
Aluguéis	7.334	0,4	5.524	0,3	7.907	0,4	6.491	0,3
	132.496	**6,6**	**162.008**	**9,3**	**181.755**	**7,9**	**228.602**	**11,4**
Do governo								
Impostos, taxas e contribuições	252.985	12,6	220.171	12,7	345.438	15,0	309.285	15,4
Encargos setoriais	102.852	5,1	78.659	4,5	127.381	5,5	95.588	4,8
Encargos s/concessão ANEEL	-	-	-	-	34.302	1,5	24.980	1,2
IR e CSLL	344.438	17,2	186.835	10,7	439.711	19,0	247.831	12,4
	700.275	**34,9**	**485.665**	**27,9**	**946.832**	**41,0**	**677.684**	**33,8**
Do capital próprio								
Reserva legal	52.282	2,6	48.957	2,8	52.282	2,3	48.957	2,4
Dividendos e juros s/ capital próprio	993.345	49,4	930.189	53,4	993.345	43,0	930.189	46,5
	1.045.627	**52,0**	**979.146**	**56,2**	**1.045.627**	**45,3**	**979.146**	**48,9**
	2.009.274	**100,0**	**1.742.124**	**100,0**	**2.307.130**	**100,0**	**2.002.687**	**100,0**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

Em março de 2007, a Companhia adquiriu, por R$ 28.793, o equivalente a 2,82% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. – MAESA, a qual é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que explora, através de consórcio, a usina hidrelétrica Machadinho.

A capacidade instalada da Tractebel Energia, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá, Cana Brava, Machadinho e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.881 MW, dos quais 79,37% em usinas hidrelétricas e 20,63% em termelétricas, constituída pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato para compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA , é de 5.918 MW.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 11-d.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual possui autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC), e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda., empresa que comercializa energia no mercado livre de negociação.

Em junho de 2007, a Companhia adquiriu, da sua controladora Suez Energy South America Participações Ltda., o controle acionário da Companhia Energética São Salvador - CESS, correspondente a 99,99% das ações representativas do capital social, pelo valor de R$ 304.000. A CESS é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída para construir e operar a Usina Hidrelétrica São Salvador.

A Companhia também adquiriu, através da controlada integral Delta Energética, em novembro de 2007, o controle acionário da Seival Participações S.A., correspondente a 100% das ações ordinárias representativas do capital social, pelo valor de R$ 23.813. A Seival Participações S.A. detém 99,99% das quotas do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., constituída como uma Sociedade de Propósito Específico - SPE para implantar e explorar uma central geradora termelétrica a vapor, utilizando como combustível carvão mineral.

As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 10-b.

A Tractebel Energia, através de Fato Relevante divulgado em 13.12.2007, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada integral Energia América do Sul Ltda., adquiriu o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A., pelo valor total de R$ 592.000, o qual será pago desde que satisfeitas determinadas condições constantes do contrato de compra e venda de ações celebrado naquela data, dentre elas, a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a aprovação do BNDES. A Ponte de Pedra Energética S.A. detém a concessão da usina hidrelétrica Ponte de Pedra, com capacidade instalada de 176,1 MW e energia assegurada de 131,6 MW médios, localizada no Rio Correntes, no Estado de Mato Grosso, em operação comercial desde setembro de 2005. A referida aquisição pela Energia América do Sul Ltda. constitui para a Tractebel Energia investimento relevante, e se enquadra nas disposições do artigo 256 da Lei n.º 6.404/76, razão pela qual será submetida à ratificação de acionistas em assembléia geral. A aquisição da usina Ponte de Pedra representa mais um passo da Tractebel Energia em sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente. Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

A receita de fornecimento de energia, a partir de janeiro de 2007, passou a ser registrada líquida do ICMS recolhido por substituição tributária incidente sobre operações de vendas interestaduais. Até 31 de dezembro de 2006, este imposto vinha sendo apresentado no grupo “Deduções à receita operacional”. De modo a facilitar a análise comparativa entre os períodos apresentados, a receita operacional bruta e as deduções à receita bruta relativas ao exercício de 2006, passaram, respectivamente, de R$ 2.638.577 e R$ 230.592 para R$ 2.619.189 e R$ 211.204, na controladora, e de R$ 3.060.737 e R$ 355.205 para R$ 3.005.108 e R$ 299.576, no consolidado.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras - são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido) - são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem.

d) Almoxarifado - estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Ativos indexados - são atualizados até a data do balanço.

f) Investimentos – os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

g) Imobilizado - é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 11-a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

h) Empréstimos, financiamentos e debêntures – são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 15 e Nota 16). Os encargos decorrentes de ambos são apropriados até a data do balanço.

i) Demais obrigações - são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Provisão para contingências – são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

k) Benefícios pós-emprego - são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 21).

l) Resultado do exercício - as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

m) Reconhecimento dos efeitos inflacionários - estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

n) Uso de estimativas – a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

o) Ajuste a valor presente – os ativos e passivos não circulantes contratados a preços futuros são ajustados a valor presente, com a taxa de desconto de 10% a.a., usualmente praticada no setor elétrico.

p) Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10-b).

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados (1)				
Nota do Tesouro Nacional - NTN - B	424.512	-	535.435	-
Debêntures	30.092	-	37.955	-
Letra do Tesouro Nacional - LTN	241	153.637	303	153.637
	454.845	153.637	573.693	153.637
Certificado de Depósito Bancário - CDB	20.473	32.715	25.823	32.715
Letra do Tesouro Nacional - LTN	40.410	-	50.969	-
Letra Financeira do Tesouro - LFT	49.333	-	62.224	-
	565.061	186.352	712.709	186.352
Instituições Financeiras (2)				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	31.657	16.518
Notas do Tesouro Nacional - NTN - D	-	-	3.634	4.508
Operações Compromissadas com Títulos Privados e Públicos Federais (1)				
Debêntures	-	-	20.921	22.165
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	-	3.704
	-	-	56.212	46.895
	565.061	186.352	768.921	233.247
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	1.777	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(1.777)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	565.061	**186.352**	**768.921**	**233.247**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de irrelevantes despesas gerais e administrativas.

Na carteira do fundo, em 31.12.2007, estão registradas operações no mercado futuro de taxa de juros (DI Futuro BMF), que tem por objetivo transformar alocações pré-fixadas em alocações indexadas ao CDI. Os resultados dessas operações são compensados com os apresentados na carteira de títulos acima mencionada. O saldo consolidado dessas transações em 31.12.2007 é de R$ 38.678.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estas operações têm os seguintes valores, datas de vencimento e características:

	Valor	Vencimento	Carteira protegida	Vencimento
DI Futuro	14.988	02.01.2008	LTN	01.01.2009
DI Futuro	23.690	01.07.2008	LTN	01.01.2008
	38.678			

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia e a controlada CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados.

(2) Banco do Brasil, Banco Safra, Banco Santander, Banco Votorantim, Banco Itaú, ABN Amro Real, UNIBANCO, HSBC e Tesouro Nacional.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2007				2006
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	192.569	-	-	192.569	181.914
Comercializadoras	82.232	-	-	82.232	75.307
Consumidores livres	26.561	1.816	6	28.383	29.324
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	6.185	127	-	6.312	-
- Parcelamentos	11.350	-	-	11.350	19.537
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	1.373	212	-	1.585	7.841
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	109.873	-	11.947	121.820	121.820
	128.781	339	11.947	141.067	149.198
	430.143	**2.155**	**12.693**	**444.991**	**436.483**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.873)	-	(11.947)	(121.820)	(121.820)
	320.270	**2.155**	**746**	**323.171**	**314.663**
Não Circulante					
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Parcelamentos	3.658	-	-	3.658	13.820
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	890	-	-	890	2.243
	4.548	**-**	**-**	**4.548**	**16.063**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
	2007				2006
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	195.483	-	-	195.483	184.662
Comercializadoras	42.999	-	-	42.999	75.136
Consumidores livres	84.203	4.143	6	88.352	67.838
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Correntes	7.392	137	-	7.529	380
- Parcelamentos	11.350	-	-	11.350	19.537
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	1.373	212	-	1.585	7.841
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
	130.613	349	13.944	144.906	152.200
	453.298	**4.492**	**14.690**	**472.480**	**480.576**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	342.800	**4.492**	**2.614**	**349.906**	**358.002**
Não Circulante					
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Parcelamentos	3.658	-	-	3.658	13.820
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	890	-	-	890	2.243
	4.548	**-**	**-**	**4.548**	**16.063**

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE) referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
ICMS	42.764	44.375	44.894	45.857
Imposto de renda	-	9.021	681	10.369
Contribuição social	-	2.945	-	3.199
COFINS	2.256	1.139	2.316	1.139
PIS	490	249	503	249
INSS	2.913	7.245	2.913	7.245
	48.423	**64.974**	**51.307**	**68.058**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(40.138)	(41.351)	(40.138)	(41.351)
	8.285	**23.623**	**11.169**	**26.707**
Não Circulante				
ICMS	3.934	3.110	6.897	5.880
COFINS	8.762	5.943	8.772	5.953
PIS	1.902	1.289	1.904	1.291
INSS	6.610	-	6.610	-
	21.208	**10.342**	**24.183**	**13.124**

A provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS é decorrente do imposto incidente sobre a aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, e foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total de tais créditos, tendo em vista que a venda de energia elétrica naquele Estado ocorria com diferimento de ICMS.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

Controladora

Natureza dos créditos	2007				2006
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	146.550	36.637	-	36.637	34.167
Benefícios pós-emprego	190.812	47.703	17.173	64.876	57.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.820	30.455	10.964	41.419	41.419
Provisão para contingências	106.505	26.626	9.586	36.212	33.565
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647	14.060
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	25.190	6.298	2.267	8.565	9.701
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	5.091	1.273	458	1.731	5.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	20.181	5.045	1.816	6.861	8.598
Provisão para perdas em aplicações financeiras	1.777	444	160	604	604
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	4.787	1.197	431	1.628	-
Outros	3.770	942	340	1.282	2.000
		166.655	**46.807**	**213.462**	**206.965**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		9.860	2.231	12.091	19.683
Não circulante		156.795	44.576	201.371	187.282
		166.655	**46.807**	**213.462**	**206.965**

Consolidado

Natureza dos créditos	2007				2006
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	146.550	36.637	-	36.637	34.167
Benefícios pós-emprego	190.812	47.703	17.173	64.876	57.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	110.257	27.564	9.924	37.488	34.305
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647	14.060
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	25.190	6.298	2.267	8.565	9.701
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	5.091	1.273	458	1.731	5.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	20.181	5.045	1.816	6.861	8.598
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885	885
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	6.416	1.604	578	2.182	-
Outros	4.787	1.197	431	1.628	3.598
		168.650	**47.525**	**216.175**	**209.840**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		9.911	2.249	12.160	21.351
Não circulante		158.739	45.276	204.015	188.489
		168.650	**47.525**	**216.175**	**209.840**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativo fiscal diferido, registrado		
2008	12.091	12.160
2009	13.789	14.235
2010	12.663	12.746
2011	20.614	21.328
2012	39.037	39.482
2013 a 2015	89.886	90.808
2016 e 2017	25.382	25.416
	213.462	**216.175**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2018	3.664	3.664
2019	3.492	3.492
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	15.448	**15.448**
	228.910	**231.623**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC. A sua realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2007		2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.390.065**	**1.390.065**	**1.165.981**	**1.165.981**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.747	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	3.178	-	1.784	-
Doações	2.242	2.242	2.235	2.235
Outras despesas indedutíveis	354	354	314	314
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(185.838)	(185.838)	(120.284)	(120.284)
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(213.000)	(213.000)
Baixa de provisão para perda da UTE Jacuí RIC (*)	-	-	(303.131)	-
UTE Jacuí	-	-	(71.263)	-
Demais ativos	(14.636)	-	(13.630)	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.026.112**	**1.030.823**	**455.752**	**835.246**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(256.528)**	**(92.774)**	**(113.938)**	**(75.172)**
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	2.471	-	-	-
Incentivos fiscais	2.369	-	2.181	-
Outros	24	-	94	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(251.664)**	**(92.774)**	**(111.663)**	**(75.172)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(257.095)	(93.840)	(98.489)	(42.610)
Diferido	5.431	1.066	(13.174)	(32.562)
	(251.664)	**(92.774)**	**(111.663)**	**(75.172)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	2007		2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.485.338**	**1.485.338**	**1.226.977**	**1.226.977**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.747	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	3.509	-	1.999	-
Doações	2.490	2.490	5.726	5.726
Perdas com operações de *swaps*	-	-	8.243	8.243
Outras despesas indedutíveis	272	272	345	345
Exclusões				
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(213.000)	(213.000)
Baixa de provisão para perda da UTE Jacuí RIC (*)	-	-	(303.131)	-
UTE Jacuí	-	-	(71.263)	-
Demais ativos	(14.636)	-	(13.630)	-
Ajuste em controlada tributada pelo lucro				
Outros	-	-	(300)	(300)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.302.212**	**1.308.105**	**635.911**	**1.017.040**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(325.553)**	**(117.729)**	**(158.978)**	**(91.534)**
IR e CS de exercícios anteriores	(1.195)	(430)	-	-
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	2.471	-	-	-
Incentivos fiscais	2.617	-	2.503	-
Outros	108	-	178	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(321.552)**	**(118.159)**	**(156.297)**	**(91.534)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(326.894)	(119.151)	(140.376)	(57.986)
Diferido	5.342	992	(15.921)	(33.548)
	(321.552)	**(118.159)**	**(156.297)**	**(91.534)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso

9 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

Registra os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. – ELEJA relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a ELEJA deu à Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

De acordo com as condições contratuais, os valores da venda estão sendo atualizados pelo IGP-DI e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda.

Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a. Os valores nominais e os descontados a valor presente, na controladora e no consolidado, são como se segue:

	2007	2006
Valor da alienação	101.496	93.855
(-) Ajuste a valor presente	(20.181)	(25.290)
	81.315	**68.565**

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.062.602	806.786	-	-
Ágio	63.067	34.757	82.595	34.757
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	3	28.796	3
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.742	1.895	1.742
Outros investimentos	121	371	121	371
	1.156.481	**843.659**	**113.407**	**36.873**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Empresas	2007				2006	
	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Itá Energética S.A. – ITASA	253.607	48,75	29.617	583.424	28.380	567.580
Companhia Energética Meridional - CEM	344.528	99,99	99.436	443.744	88.217	480.558
Companhia Energética São Salvador - CESS	268.943	99,99	-	268.943	-	-
Lages Bioenergética Ltda.	30.530	99,99	7.929	40.345	15.929	32.416
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	99,99	64.066	4.200	2.031	17.113
Delta Energética S.A.	20.960	99,99	(31)	20.898	(28)	3
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	50	99,99	-	50	-	-

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31.12.2006	Constituição /Aquisição Empresa	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2007
ITASA	276.695	-	-	14.438	(6.714)	284.419
CEM	480.558	-	-	99.436	(136.250)	443.744
CESS	-	268.943	-	-	-	268.943
Lages Bioenergética	32.416	-	-	7.929	-	40.345
Tractebel Energia Comercializadora	17.113	-	-	64.066	(76.979)	4.200
Delta Energética	4	-	20.925	(31)	-	20.898
Lagoa Formosa	-	50	-	-	-	50
Outras	-	3	-	-	-	3
	806.786	**268.996**	**20.925**	**185.838**	**(219.943)**	**1.062.602**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ágio

Empresas	Saldos em 31.12.2006	Aquisição Empresa	Amortização	Saldos em 31.12.2007
ITASA	8.010	-	(2.289)	5.721
CEM	26.747	-	(4.458)	22.289
CESS	-	35.057	-	35.057
Controladora	**34.757**	**35.057**	**(6.747)**	**63.067**
Delta Energética Seival Participações	-	19.528	-	19.528
Consolidado	**34.757**	**54.585**	**(6.747)**	**82.595**

Informações sobre as controladas

Itá Energética S.A. – ITASA (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão de 35 anos.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados, nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	**2007**	**2006**
Ativo circulante	69.220	74.786
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	4.177	3.743
Permanente	976.714	1.022.962
	980.891	1.026.705
TOTAL DO ATIVO	**1.050.111**	**1.101.491**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	115.277	109.534
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	351.410	424.377
Patrimônio líquido	583.424	567.580
TOTAL DO PASSIVO	**1.050.111**	**1.101.491**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	220.442	219.049
Deduções da receita operacional	(22.314)	(22.280)
Receitas líquidas de vendas	**198.128**	**196.769**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(58.934)**	**(45.447)**
LUCRO BRUTO	**139.194**	**151.322**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(24.296)	(29.926)
Despesas gerais e administrativas	(20.236)	(19.526)
	(44.532)	**(49.452)**
Resultado do serviço	**94.662**	**101.870**
Despesas financeiras, líquidas	**(50.006)**	**(59.434)**
RESULTADO OPERACIONAL	**44.656**	**42.436**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**93**	**432**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**44.749**	**42.868**
Imposto de renda e contribuição social	(15.132)	(14.488)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**29.617**	**28.380**

Companhia Energética Meridional – CEM (controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

Companhia Energética São Salvador – CESS (controlada)

Em 2007, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da CESS, detidas pela sua controladora SUEZ Energy South America Participações Ltda.

A CESS é titular da concessão do aproveitamento hidrelétrico São Salvador, que possui 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada. Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

O preço pago pela Companhia foi de R$ 304.000 à vista, valor esse que deverá ser acrescido de R$ 18.000, caso ocorra a concatenação entre a data do início dos pagamentos relativos ao Uso do Bem Público - UBP e o início do fornecimento de energia elétrica, originalmente previsto para 2011 nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica - CCEARs.

O ágio pago na aquisição do controle acionário foi de R$ 35.057 e será adicionado de R$ 18.000 caso seja concretizada a condição acima mencionada. O referido ágio tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e será amortizado a partir do início da operação comercial, previsto para 2009. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

Pela outorga da concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, datado de 18.07.2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.

Ainda conforme o referido aditivo, este valor foi atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M até a data do aditivo contratual, em 18.07.2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Os valores contratuais atualizados são os seguintes:

	2007	2006
Valor anual	33.009	30.164
Parcelas mensais (1/12)	2.751	2.514
Valor nominal total	935.264	904.909
Valor presente total	286.317	278.000

O valor presente total foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01.01.2009 a 23.04.2037.

Lages Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo - MDL da ONU por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (controlada)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S.A. (controlada)

Em 2007, a controlada adquiriu a totalidade das ações de emissão da Seival Participações S.A.. A Seival é uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

A aquisição da Seival Participações acrescenta ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai a partir de 2012, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota - RS, com potência instalada de até 540 MW.

O preço da aquisição foi de R$ 23.813, dos quais foram pagos, até 31.12.2007, R$ 20.813, remanescendo o saldo de R$ 3.000 que será quitado de acordo com o cumprimento das condições estabelecidas contratualmente.

O ágio apurado na aquisição do controle acionário foi de R$ 19.528, o qual foi determinado com base em análise econômico-financeira e avaliação dos benefícios que a aquisição do projeto proporcionará à Companhia, e será amortizado a partir do início da operação comercial.

Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lagoa Formosa Bioenergética Ltda., Sociedade de Propósito Específico - SPE, controlada integral da Tractebel Energia, foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda., pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, terá direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. – MAESA

Em março de 2007, a Companhia adquiriu por R$ 28.793, representando 2,82% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. – MAESA. A MAESA é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE que explora, através de consórcio, a usina hidrelétrica Machadinho. O Consórcio Machadinho é composto pela MAESA e pela Tractebel Energia, com participações de 83,06% e 16,94%, respectivamente. Em conseqüência desta aquisição, a Tractebel Energia aumentou a sua participação total na concessão e no consórcio em 2,34%, passando para 19,28%.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
	2007				2006
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(505.695)	135.231	150.495
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(236.477)	75.201	70.754
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(91.566)	28.186	30.353
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(25.735)	154.336	159.065
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.790	(221.061)	1.012.729	1.060.782
		2.486.217	**(1.080.534)**	**1.405.683**	**1.471.449**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510	1.188.778
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.504)	8.304	7.338
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.310)	979	851
UTE William Arjona	4,3	174.657	(75.314)	99.343	105.220
		2.727.010	**(1.486.874)**	**1.240.136**	**1.302.187**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**46.028**	**(21.176)**	**24.852**	**17.403**
		5.259.255	**(2.588.584)**	**2.670.671**	**2.791.039**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica		20.452	-	20.452	17.088
Geração Térmica		41.375	-	41.375	31.778
Equipamentos Gerais e Outros		2.200	-	2.200	6.024
		64.027	**-**	**64.027**	**54.890**
Total das imobilizações		**5.323.282**	**(2.588.584)**	**2.734.698**	**2.845.929**
Obrigações especiais		**(9.480)**	**-**	**(9.480)**	**(9.494)**
		5.313.802	**(2.588.584)**	**2.725.218**	**2.836.435**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
	2007				2006
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(505.695)	135.231	150.495
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(236.477)	75.201	70.754
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(91.566)	28.186	30.353
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(25.735)	154.336	159.065
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.776.708	(315.999)	1.460.709	1.521.266
UHE Cana Brava	3,0	874.550	(119.016)	755.534	780.930
		3.903.685	**(1.294.488)**	**2.609.197**	**2.712.863**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510	1.188.778
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.504)	8.304	7.338
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.310)	979	851
UTE William Arjona	4,3	174.657	(75.314)	99.343	105.220
Unidade de Cogeração Lages	4,3	74.148	(11.535)	62.613	65.238
		2.801.158	**(1.498.409)**	**1.302.749**	**1.367.425**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**46.194**	**(21.278)**	**24.916**	**17.492**
		6.751.037	**(2.814.175)**	**3.936.862**	**4.097.780**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE São Salvador		615.577	-	615.577	-
Outras UHE (obras de adição)		24.861	-	24.861	22.499
Geração Térmica		42.918	-	42.918	32.214
Equipamentos Gerais e Outros		2.213	-	2.213	6.024
		685.569	**-**	**685.569**	**60.737**
Total das imobilizações		**7.436.606**	**(2.814.175)**	**4.622.431**	**4.158.517**
Obrigações especiais		**(9.605)**	**-**	**(9.605)**	**(9.619)**
		7.427.001	**(2.814.175)**	**4.612.826**	**4.148.898**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	**Em curso**	**Total**	**Em serviço**	**Em curso**	**Total**
Saldo em 31.12.2005	**2.919.922**	**63.947**	**2.983.869**	**4.255.437**	**74.031**	**4.329.468**
Ingressos	-	64.347	64.347	-	69.040	69.040
Transferências	46.660	(46.660)	-	55.590	(55.590)	-
Depreciação	(159.442)	-	(159.442)	(196.727)	-	(196.727)
Baixas	(16.101)	(26.744)	(42.845)	(16.520)	(26.744)	(43.264)
Saldo em 31.12.2006	**2.791.039**	**54.890**	**2.845.929**	**4.097.780**	**60.737**	**4.158.517**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	615.577	615.577
Demais usinas	-	67.586	67.586	-	71.401	71.401
Transferências	58.196	(58.196)	-	59.000	(59.000)	-
Depreciação	(176.066)	-	(176.066)	(217.420)	-	(217.420)
Baixas	(2.498)	(253)		(2.498)	(3.146)	
	2.670.671	**64.027**	**2.734.698**	**3.936.862**	**685.569**	**4.622.431**
Obrigações Especiais	(9.480)	-	(9.480)	(9.605)	-	(9.605)
Saldo em 31.12.2007	**2.661.191**	**64.027**	**2.725.218**	**3.927.257**	**685.569**	**4.612.826**

c) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

d) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
UHE São Salvador	CESS	241	23.04.2002	23.04.2037
II–Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (ver Nota 10-b.1) e a concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 10-b.2)

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

f) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

12 – ATIVO INTANGÍVEL

	Consolidado					
	2007				2006	
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Empresa
Direito de exploração da UHE Cana Brava	3,2	88.664	(15.488)	73.176	76.022	CEM
Direito de uso de softwares	20,0	10.195	(7.879)	2.316	1.288	Consolidado
		98.859	**(23.367)**	**75.492**	**77.310**	

13 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26.10.2004, a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a partir de 01.01.2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5, em 31.12.2007 e 2006, é de R$ 33.134.

14 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Energia elétrica comprada	79.012	77.257	70.428	70.244
Transações no âmbito da CCEE	17.631	75.921	19.536	75.922
Encargos de uso da rede elétrica	49.747	44.379	54.167	48.880
Combustíveis fósseis / biomassa	40.195	6.252	39.148	6.334
Materiais e serviços	43.123	32.115	90.632	37.939
	229.708	**235.924**	**273.911**	**239.319**

15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2007			2006		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional, líquido de garantias depositadas	20.545	160.504	181.049	24.799	223.460	248.259
BNP Paribas (*Floating Rate Note)*	-	104.343	104.343	112.810	-	112.810
Deutsche Bank	3.403	3.403	6.806	4.107	8.215	12.322
ABN AMRO Bank	2.498	-	2.498	6.029	3.015	9.044
Encargos	4.501	-	4.501	5.966	-	5.966
	30.947	**268.250**	**299.197**	**153.711**	**234.690**	**388.401**
Moeda nacional						
ELETROBRÁS	34.005	66.464	100.469	87.437	93.402	180.839
BNDES	1.790	-	1.790	9.769	1.987	11.756
Banco do Brasil	3.529	10.588	14.117	3.529	14.118	17.647
Encargos	984	-	984	1.706	-	1.706
	40.308	**77.052**	**117.360**	**102.441**	**109.507**	**211.948**
	71.255	**345.302**	**416.557**	**256.152**	**344.197**	**600.349**

	Consolidado					
	2007			2006		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional, líquido de garantias depositadas	20.545	160.504	181.049	24.799	223.460	248.259
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	104.343	104.343	112.810	-	112.810
Deutsche Bank	3.403	3.403	6.806	4.107	8.215	12.322
ABN AMRO Bank	2.498	-	2.498	6.029	3.015	9.044
Encargos	4.501	-	4.501	5.966	-	5.966
	30.947	**268.250**	**299.197**	**153.711**	**234.690**	**388.401**
Moeda nacional						
ELETROBRÁS	34.005	66.464	100.469	87.437	93.402	180.839
BNDES	28.793	255.545	284.338	36.674	150.498	187.172
Agentes Financiadores - BNDES	14.990	338.409	353.399	14.935	85.879	100.814
Banco do Brasil	3.529	10.588	14.117	3.529	14.118	17.647
BRDE	6.810	24.969	31.779	6.785	31.664	38.449
Encargos	1.950	6.506	8.456	3.008	-	3.008
	90.077	**702.481**	**792.558**	**152.368**	**375.561**	**527.929**
	121.024	**970.731**	**1.091.75**	**306.079**	**610.251**	**916.330**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2005	**194.135**	**601.949**	**796.084**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**
Transferências	243.997	(243.997)	-	292.859	(292.859)	-
Encargos gerados	68.583	-	68.583	100.758	5.727	106.485
Variações cambiais	(4.133)	(21.005)	(25.138)	(4.133)	(21.005)	(25.138)
Remuneração de garantias depositadas	-	7.250	7.250	-	7.250	7.250
Amortizações	(246.430)	-	(246.430)	(326.748)	-	(326.748)
Saldo em 31.12.2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**
Ingressos	-	-	-	-	392.651	392.651
Transferências	61.311	(61.311)	-	110.139	(110.139)	-
Repactuação do vencimento	(101.289)	101.289	-	(101.289)	101.289	-
Encargos gerados	54.075	-	54.075	82.687	15.552	98.239
Variações cambiais	(21.067)	(33.465)	(54.532)	(21.067)	(33.465)	(54.532)
Remuneração de garantias depositadas	-	(5.408)	(5.408)	-	(5.408)	(5.408)
Amortizações	(177.927)	-	(177.927)	(255.525)	-	(255.525)
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2007			2006		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	109.411	193.800	46,52	128.392	274.502	45,73
Euro – EUR	40.404	105.397	25,31	40.386	113.899	18,97
		299.197	**71,83**		**388.401**	**64,70**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		101.272	24,31		182.286	30,36
Não indexado		16.088	3,86		29.662	4,94
		117.360	**28,17**		**211.948**	**35,30**
		416.557	**100,00**		**600.349**	**100,00**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	2007			2006		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	109.411	193.800	17,75	128.392	274.502	29,96
Euro – EUR	40.404	105.397	9,66	40.386	113.899	12,43
		299.197	**27,41**		**388.401**	**42,39**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		101.272	9,28		182.286	19,89
TJLP		675.198	61,84		315.981	34,48
Não indexado		16.088	1,47		29.662	3,24
		792.558	**72,59**		**527.929**	**57,61**
		1.091.755	**100,00**		**916.330**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2007**	**2006**
Dólar Americano – USD	(17,15)	(8,66)
Euro – EUR	(7,50)	1,85
TJLP	6,37	7,87
SELIC	11,88	15,08

e) Condições Contratadas

		Condições de Pagamento		
	Encargos	Vencimento	Encargos	Principal
Moeda estrangeira				
Tractebel Energia				
Secretaria do Tesouro Nacional	Libor + 1,075% a.a.	Abr 2024	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	Euribor + 2,75% a.a. (a)	Nov 2015	Anual em Nov	Parcela única em Nov 2015
Deutsche Bank	Libor + 0,55% + IR s/juros (10%)	Out 2009	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
ABN AMRO Bank	Libor + 2,5% a.a.	Mar 2008	Semestrais, em Mar e Set	Semestrais, em Mar e Set
Moeda nacional				
Tractebel Energia				
Eletrobrás	12% a.a.	Abr 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
BNDES	Selic + 1% a.a.	Fev 2008	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Banco do Brasil	9,35% a.a.	Dez 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CEM				
BNDES	TJLP + 4% a.a. (b)	Abr 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
ITASA				
BNDES	TJLP + 4% a.a. (b)	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Agentes financiadores - BNDES (d)	TJLP + 3,85% a.a. (b)	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
LAGES				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. (b)	Ago 2012	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. (b)	Out 2023	Mensais, até o vencimento(c)	Mensais, até o vencimento(c)
Agentes financiadores - BNDES (d)	TJLP + 3,25% a.a. (b)	Out 2023	Mensais, até o vencimento(c)	Mensais, até o vencimento(c)

(a) Repactuação do vencimento, postergado de novembro de 2007 para novembro de 2015 e do *spread* de 7% a.a. para 2,75% a.a.

(b) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(c) Os juros serão capitalizados trimestralmente até outubro de 2009, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, incorporando-se ao principal dos financiamentos. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até outubro de 2023.

(d) UNIBANCO, BRADESCO, Banco Itaú, Banco Santander e Banco Votorantim

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2009	21.725	30.974	52.699	21.725	84.624	106.349
2010	16.098	31.753	47.851	16.098	109.641	125.739
2011	16.098	14.325	30.423	16.098	92.213	108.311
2012	11.913	-	11.913	11.913	75.617	87.530
2013	7.728	-	7.728	7.728	54.368	62.096
2014	3.736	-	3.736	3.736	29.086	32.822
2015	104.343	-	104.343	104.343	29.086	133.429
De 2016 até 2022 (parcelas anuais de R$ 29.086)	-	-	-	-	203.602	203.602
2023	-	-	-	-	24.244	24.244
2024	86.609	-	86.609	86.609	-	86.609
	268.250	**77.052**	**345.302**	**268.250**	**702.481**	**970.731**

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional - STN: (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 62.642, em 31.12.2007, que está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

ABN AMRO Bank: Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor correspondente ao do financiamento.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

ELETROBRÁS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

BNDES: Cessão e transferência ao Banco do valor equivalente a 1,33% do seu faturamento mensal, a ser feita através de depósitos na Conta Arrecadadora e Conta Vinculada.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito, no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) Caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

g.2) Itá Energética S.A. - ITASA

BNDES e Agentes Financeiros: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES, substituída por fiança bancária, e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Companhia Energética Meridional - CEM

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: (a) Cessão de todas as receitas e demais valores recebidos decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava; (b) cessão do direito de receber todos e quaisquer valores que venham a ser exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos da Concessão, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da Concessão; (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a seis meses do serviço da dívida.

g.4) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Tractebel; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Indústria e Comércio Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.5) Companhia Energética São Salvador - CESS

BNDES e repasse BNDES - agentes financiadores: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida, acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

16 – DEBÊNTURES

a) Composição

	2007			2006		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão - 1ª Série	6.483	142.539	149.022	4.939	140.000	144.939
1ª Emissão - 2ª Série	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão - Série Única	404	357.763	358.167	-	-	-
Encargos	25.251	-	25.251	10.065	-	10.065
Total Controladora	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**15.004**	**200.000**	**215.004**
CEM (Série Única)	**10.807**	**63.667**	**74.474**	**9.789**	**74.204**	**83.993**
ITASA (1ª e 2ª Séries)	**10.185**	**40.950**	**51.135**	**8.190**	**49.140**	**57.330**
Encargos	3.430	-	3.430	4.851	-	4.851
Total Consolidado	**56.560**	**664.919**	**721.479**	**37.834**	**323.344**	**361.178**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2005	**10.286**	**198.348**	**208.634**	**31.090**	**338.196**	**369.286**
Transferências	4.938	(4.938)	-	22.868	(22.868)	-
Encargos gerados	20.928	-	20.928	35.990	1.426	37.416
Variações monetárias	-	6.590	6.590	2.359	6.590	8.949
Amortizações	(21.148)	-	(21.148)	(54.473)	-	(54.473)
Saldo em 31.12.2006	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**37.834**	**323.344**	**361.178**
Ingressos	-	353.423	353.423	-	353.423	353.423
Transferências	9.167	(9.167)	-	28.150	(28.150)	-
Encargos gerados	33.487	-	33.487	46.930	256	47.186
Variações monetárias	2.012	16.046	18.058	6.057	16.046	22.103
Amortizações	(27.532)	-	(27.532)	(62.411)	-	(62.411)
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**

Em 19.06.2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu o Primeiro Programa de Distribuição Pública de debêntures da Tractebel Energia, através do qual a Companhia terá a faculdade de ofertar ao público debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As ofertas de Debêntures a serem realizadas pela Companhia, no âmbito do Programa de Distribuição, estão limitadas ao montante de R$ 1.500.000 durante o prazo de vigência do Programa de Distribuição, até 19.06.2009.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 15.05.2007, a Companhia efetuou a sua 2ª emissão, a 1ª dentro do Programa de Distribuição anteriormente citado, composta de 35.000 debêntures simples, de série única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 350.000. As condições contratadas estão apresentadas no item "c" a seguir.

A liquidação total da oferta pública ocorreu no dia 21.06.2007, e o montante recebido, incluindo juros e atualização monetária, foi de R$ 353.423. Os recursos obtidos destinaram-se à aquisição da Companhia Energética São Salvador - CESS.

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade em circulação	Remuneração	Juros/atualização monetária	Principal	Garantia
Tractebel					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
CEM					
Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
ITASA					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2007**	**2006**
TJLP	6,37	7,87
IGP-M	7,75	3,83
CDI	11,82	15,03
IPCA (maio a dezembro)	2,33	-

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	**Consolidado**
2009	-	20.078
2010	60.000	81.267
2011	142.540	165.114
2012	119.254	143.267
2013	119.254	135.939
2014	119.254	119.254
	560.302	**664.919**

17 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		**Consolidado**	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Circulante				
Imposto de renda	187.970	14.521	225.766	16.662
Contribuição social	55.944	-	66.788	856
ICMS	11.376	6.535	30.002	13.666
PIS e COFINS	10.153	7.620	12.164	9.432
INSS	3.705	2.190	3.746	2.199
Outros	2.576	2.881	2.930	3.055
	271.724	**33.747**	**341.396**	**45.870**
Não Circulante				
INSS	4.472	5.383	4.472	5.383
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	4.787	-	6.416	-
ICMS	-	-	1.315	-
	9.259	**5.383**	**12.203**	**5.383**
	280.983	**39.130**	**353.599**	**51.253**

No exercício de 2007, a Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social sobre base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor, diferentemente do ano anterior em que a apuração com base no lucro real se mostrou mais adequada.

18 – OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos tem a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A companhia é parte em ações administrativas e judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas administrativamente ou na esfera judicial em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2007			2006		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.508	(3.489)	10.019	12.077	(3.119)	8.958
INSS	26.421	(11.609)	14.812	23.620	(10.503)	13.117
	39.929	**(15.098)**	**24.831**	**35.697**	**(13.622)**	**22.075**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.235	-	17.235	15.970	-	15.970
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.625	(491)	22.134	20.662	-	20.662
Ações diversas	6.698	(20)	6.678	2.405	-	2.405
	46.558	**(511)**	**46.047**	**39.037**	**-**	**39.037**
Trabalhistas	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**	**23.990**	**(21.061)**	**2.929**
	106.505	**(33.142)**	**73.363**	**98.724**	**(34.683)**	**64.041**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.134			11.000
Não circulante			63.229			53.041
			73.363			**64.041**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	2007			2006		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.508	(3.489)	10.019	12.077	(3.119)	8.958
INSS	26.421	(11.609)	14.812	23.620	(10.503)	13.117
	39.929	**(15.098)**	**24.831**	**35.697**	**(13.622)**	**22.075**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.235	-	17.235	15.970	-	15.970
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.625	(491)	22.134	20.662	-	20.662
Ações diversas	12.834	(1.143)	11.691	5.859	-	5.859
	52.694	**(1.634)**	**51.060**	**42.491**	**-**	**42.491**
Trabalhistas	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**	**23.990**	**(21.061)**	**2.929**
	112.641	**(34.265)**	**78.376**	**102.178**	**(34.683)**	**67.495**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.336			11.206
Não circulante			68.040			56.289
			78.376			**67.495**

Contingências tributárias

Contribuição Social

Refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências 1989 e 1990 na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL só tem amparo legal a partir de 01.01.1992. A Companhia entende não ter base legal os dispostos das instruções normativas que proibiram a compensação de Bases Negativas de exercícios anteriores, uma vez que não há restrição a tal compensação na Lei. Com referência a autuação relativa ao exercício de 1996, no mérito, em âmbito administrativo, a decisão foi contrária a Companhia, que ingressará com medida judicial para discussão do fundamento da exigência tributária.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instituto Nacional do Seguro Social -INSS

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD, pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho - SAT nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o funcionário tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. O valor provisionado em 31.12.2007 é de R$ 16.146.

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, alegando que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal da 4º Região devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.12.2007 é de R$ 7.406.

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores

Refere-se principalmente à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética - CIEN, a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da CIEN, desde 23.04.2007. O valor provisionado em 31.12.2007 era de R$ 13.490.

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, de horas extras, de equiparação salarial, de horas *in itinere* e de FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Provisão bruta**
Saldo em 31.12.2006	**35.697**	**39.037**	**23.990**	**98.724**
Adições	-	5.337	1.521	6.858
Atualizações	4.232	3.680	1.742	9.654
Pagamentos	-	(355)	(6.801)	(7.156)
Reversões	-	(1.141)	(434)	(1.575)
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**

	Consolidado			
	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Provisão bruta**
Saldo em 31.12.2006	**35.697**	**42.491**	**23.990**	**102.178**
Adições	-	7.857	1.521	9.378
Atualizações	4.232	4.118	1.742	10.092
Pagamentos	-	(362)	(6.801)	(7.163)
Reversões	-	(1.410)	(434)	(1.844)
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas demonstrações contábeis. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2007					2006
	Risco possível	**Risco remoto**	**Total bruto**	**Depósito Judicial**	**Total líquido**	**Total líquido**
Tributárias	234.675	24.677	259.352	(118.343)	141.009	23.492
Cíveis	8.721	3.082	11.803	(2.514)	9.289	13.204
Trabalhistas	11.643	11.839	23.482	(5.500)	17.982	17.027
	255.039	**39.598**	**294.637**	**(126.357)**	**168.280**	**53.723**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	2007					2006
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito Judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	272.692	26.460	299.152	(142.462)	156.690	23.492
Cíveis	30.685	13.009	43.694	(2.717)	40.977	47.526
Trabalhistas	11.643	11.839	23.482	(5.500)	17.982	17.027
	315.020	**51.308**	**366.328**	**(150.679)**	**215.649**	**88.045**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são efetuados para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível, são os seguintes:

PIS e COFINS

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em conseqüência, a Companhia recolheu o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 38.653. No período de junho de 2005 a outubro de 2006, depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 121.319.

Em virtude de previsão de decisão favorável do Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em dezembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas n.ºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que se refere à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Tractebel Energia e da CEM.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, os valores do PIS e da COFINS relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal de Florianópolis. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005. O valor do Auto de Infração Fiscal está incluído nas contingências tributárias, como risco possível.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31.12.2007, na controladora e no consolidado, é de respectivamente R$ 176.532 e R$ 214.465 (R$ 77.465 e R$ 93.146, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como possível, são as seguintes:

- Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação - PER/DCOMP, sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2007, na controladora e no consolidado, é de R$ 32.917;
- Auto de Infração emitida pela Delegacia da Receita Federal, em função de a Companhia ter utilizado bases negativas de contribuição social de competências de 1997 e 1998, provenientes de incorporação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - GERASUL pela Eletrobrás Geração S.A. – ELETROGER (atualmente Tractebel Energia S.A.), em data posterior à modificação da Lei, em junho de 2001, que inibiu a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação de empresas para fins de compensação da CSLL. A Companhia argumenta que a incorporação se deu antes da vigência da vedação ao aproveitamento dessas bases e que está garantido o direito de utilizá-las, pois essas bases de cálculo negativas foram integradas ao seu patrimônio no ato da incorporação. Em 31.12.2007, o valor atualizado da autuação é de R$ 17.644.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INSS

As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e, ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.12.2007, é de R$ 2.841.
- Notificações fiscais relativas à aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL para a Tractebel Energia, referentes à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da ELETROSUL, e conseqüente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL (atualmente Tractebel Energia). Em 31.12.2007, o valor atualizado da notificação é de R$ 3.639.

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

d) Contingências ativas

De acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, o registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da CCC/CDE que, até novembro de 2005, vinha sendo registrado na receita operacional, na rubrica “Subvenção combustível CCC/CDE”, passou a ser contabilizado em conta retificadora do custo de produção de energia elétrica, na conta “Combustível para produção de energia elétrica”.

A Companhia entende que, em decorrência da alteração da referida prática contábil, o PIS e a COFINS recolhidos em função do procedimento contábil anteriormente adotado devem ser recuperados. Assim sendo, está analisando a forma mais adequada de proceder a esta recuperação. O valor da contingência ativa não contabilizada, atualizada para 31.12.2007, é de R$ 58.179.

20 – CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2007, são os seguintes:

	Valor Histórico		Valor Atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01.01.2008 a 30.07.2023	680	10.597	1.639	25.544
De 01.08.2023 a 30.07.2033	61.280	612.800	147.717	1.477.172
		623.397		**1.502.716**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2005	**1.530**	**178.130**	**179.660**
Transferências	1.564	(1.564)	-
Encargos gerados	-	18.039	18.039
Variações monetárias	-	6.941	6.941
Amortizações	(1.535)	-	(1.535)
Saldo em 31.12.2006	**1.559**	**201.546**	**203.105**
Transferências	1.660	(1.660)	-
Encargos gerados	-	20.187	20.187
Variações monetárias	-	14.115	14.115
Amortizações	(1.580)	-	(1.580)
Saldo em 31.12.2007	**1.639**	**234.188**	**235.827**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2009	1.639
2010	1.639
2011	1.639
2012	1.639
2013	1.639
De 2014 até 2033	225.993
	234.188

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios. Os benefícios previstos são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC do IBGE.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no exercício de 2007, foi de R$ 1.558.

A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o restabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. O prazo para a opção encerrou-se no dia 30.11.2007 e 29 participantes optaram pela transferência para a PREVIG. A efetivação dessa transferência deverá ocorrer em janeiro de 2008.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2007 foi de R$ 966.

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

	2007	2006
Taxa de desconto (a.a.)	10,25%	10,75%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	10,50%	11,00%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	5,00%	7,00%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,00%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,00%	5,00%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,00%	5,00%
Inflação	5,00%	5,00%
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Hipóteses Demográficas

	2007	2006
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*	RP 2000 Disabled
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses

	2007	2006
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%	100%
Fator de conversão do SB-40	140%	140%

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2007			2006		
	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.249.541	-	1.249.541	1.179.927	-	1.179.927
Valor justo dos ativos	(796.910)	-	(796.910)	(736.567)	-	(736.567)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.632	1.632	-	1.628	1.628
Subtotal	452.631	1.632	454.263	443.360	1.628	444.988
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(124.867)	(613)	(125.480)	(130.187)	(707)	(130.894)
Passivo reconhecido no balanço	**327.764**	**1.019**	**328.783**	**313.173**	**921**	**314.094**
Classificação no balanço						
Circulante			18.450			20.369
Não circulante			310.333			293.725
			328.783			**314.094**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 6,75 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2007			2006
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	15.709	122.189	137.898	144.945
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	2.216	2.548	4.764	9.709
Passivo atuarial não contratado	525	185.596	186.121	159.440
Passivo atuarial total	**18.450**	**310.333**	**328.783**	**314.094**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC do IBGE e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. Os valores apresentados no não circulante são os seguintes:

	ELOS	PREVIG	Total
2009	14.339	1.815	16.154
2010	15.222	1.923	17.145
2011	14.419	1.907	16.326
2012	11.581	1.946	13.527
2013	12.294	2.062	14.356
2014 em diante	28.911	15.770	44.681
	96.766	**25.423**	**122.189**

A movimentação do passivo atuarial está resumida a seguir:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2005	**285.721**	**1.054**	**286.775**
Despesas do exercício de 2006	58.158	199	58.357
Contribuições	(30.706)	-	(30.706)
Benefícios pagos	-	(332)	(332)
Passivo em 31.12.2006	**313.173**	**921**	**314.094**
Despesas do exercício de 2007	45.445	262	45.707
Contribuições	(30.854)	-	(30.854)
Benefícios pagos	-	(164)	(164)
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, no exercício de 2008, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	485	53	538
Custo dos juros	123.667	137	123.804
Rendimento esperado dos ativos do plano	(80.463)	-	(80.463)
Amortização de perdas atuariais	1.620	40	1.660
Contribuição dos empregados	(189)	-	(189)
	45.120	**230**	**45.350**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (889 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia, no exercício de 2007, foi de R$ 3.584.

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial cujo valor, no exercício de 2007, correspondeu a R$ 4.256, depositada na conta da PREVIG ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia, até 31.12.2006, foi responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de Contribuição Definida. No exercício de 2007, a patrocinadora foi responsável por 75% e os participantes do plano por 25% dessas despesas. A contribuição da Companhia nesse exercício foi de R$ 997.

A partir de 2008, as despesas administrativas serão rateadas entre a patrocinadora e os participantes levando-se em consideração a formação da reserva financeira dos participantes. A parcela correspondente ao saldo da reserva na data da migração dos participantes do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida será integralmente assumida pela patrocinadora. A parcela relativa à reserva constituída a partir desta data será custeada 75% pela patrocinadora e 25% pelo participante.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

22 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica, na controladora e no consolidado, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 36.535 no exigível a longo prazo, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais.

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2007, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2007, é de R$ 4,32 (R$ 4,24 por ação em 31.12.2006).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2007**	**2006**
Suez Energy South America Participações Ltda.	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	2,80	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,59	16,59
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2007	**2006**
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	249.496	197.214
Reserva de retenção de lucros	29.896	29.896
	279.392	**227.110**

24 – DIVIDENDOS

No decorrer do ano de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio nos seguintes valores:

- R$ 88.000, correspondentes a R$ 0,1348158600 por ação, aprovados em 10.05.2007 e pagos em 25.10.2007.
- R$ 88.000, correspondentes a R$ 0,1348158600 por ação, aprovados em 05.12.2007, que serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2007.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 14.08.2007, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2007, no valor de R$ 360.066, correspondentes a R$ 0,5516214256 por ação, os quais foram pagos em 25.10.2007.

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

	2007	**2006**
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146
Constituição da reserva legal (5%)	(52.282)	(48.957)
Base de cálculo	993.345	930.189
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**298.004**	**279.057**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	151.301	182.649
Dividendos intercalares	360.066	324.000
Dividendos adicionais propostos	457.279	393.189
Subtotal	968.646	899.838
IRRF dos juros sobre o capital próprio	24.699	30.351
Total	**993.345**	**930.189**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	1,5218031188	1,4250471146

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R$ 457.279, correspondem a R$ 0,7005499732 por ação, serão pagos após deliberação da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.

A destinação do lucro líquido do exercício foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2007					2006
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	89.037	7.915	6.549	37.909	141.410	126.889
Administradores	-	-	-	10.878	10.878	8.474
Material	19.640	240	44	1.347	21.271	22.220
Serviço de terceiro	42.176	2.037	863	29.969	75.045	67.727
Combustível p/produção de energia	118.684	-	-	-	118.684	95.575
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	71.127	-	-	-	71.127	26.830
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	169.161	-	169.161	162.625
Depreciação e amortização	174.910	-	2	1.609	176.521	159.004
Seguros	6.020	494	-	284	6.798	6.097
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	-	-	5.315	5.315	7.351
Contribuições setoriais	-	-	1.988	208	2.196	2.330
Taxa de fiscalização	-	-	-	6.782	6.782	8.011
Contribuições e doações	222	54	16	6.889	7.181	5.319
Outros	4.556	90	415	12.526	17.587	26.273
	526.372	**10.830**	**179.038**	**113.716**	**829.956**	**724.725**

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	2007					2006
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	89.370	7.915	6.549	38.485	142.319	127.686
Administradores	-	-	-	12.356	12.356	9.944
Material	21.589	240	50	1.421	23.300	23.897
Serviço de terceiro	50.384	2.037	1.134	33.984	87.539	78.240
Combustível p/produção de energia	126.960	-	-	-	126.960	102.070
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	89.756	-	-	-	89.756	38.326
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	205.762	-	205.762	202.545
Depreciação e amortização	219.117	-	2	10.000	229.119	208.364
Seguros	7.146	494	-	284	7.924	7.561
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	-	-	5.315	5.315	7.355
Contribuições setoriais	-	-	2.701	307	3.008	2.803
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.117	8.117	9.419
Contribuições e doações	295	54	16	7.420	7.785	9.714
Outros	5.012	90	543	12.432	18.077	28.200
	609.629	**10.830**	**216.757**	**130.121**	**967.337**	**856.124**

26 – (CONSTITUIÇÃO) REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Benefícios pós-emprego	818	(7.881)	818	(7.881)
Contingências cíveis	(4.644)	23.520	(6.746)	23.078
Contingências tributárias	1.213	(1.600)	1.213	(1.600)
Contingências trabalhistas	1.653	(1.442)	1.653	(1.442)
Outras	702	(702)	833	(702)
	(258)	**11.895**	**(2.229)**	**11.453**

27 – GANHOS EM AÇÕES JUDICIAIS

Em 2007, foi reconhecido o ganho de R$ 3.700, decorrente do trânsito em julgado de decisão favorável no processo que se discutia a redução da alíquota de retenção do Seguro Acidente do Trabalho - SAT.

No exercício de 2006, a Companhia e sua controlada CEM obtiveram ganhos em ações judiciais no valor de R$ 87.535 e R$ 1.152, respectivamente, pelo trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS. Também em 2006, a Tractebel Energia obteve ganho judicial, no valor de R$ 5.815, relativo a acordo efetuado em ação declaratória pelo pagamento indevido de seguro garantia em processo de concorrência internacional para importação de energia da Argentina.

28 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	44.591	42.771	60.358	55.487
Juros sobre valores a receber	10.943	24.910	11.175	24.774
Variação monetária sobre depósitos judiciais	14.421	12.489	16.621	14.364
Variação monetária sobre contas a receber e outras	5.756	2.726	5.756	2.738
Outras	6.314	9.865	6.692	10.303
	82.025	**92.761**	**100.602**	**107.666**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	82.539	96.970	124.841	151.360
Encargos sobre concessão ANEEL	-	-	20.187	18.039
Encargos sobre passivo atuarial	44.206	49.480	44.206	49.480
Encargos sobre provisões operacionais, líquidos	3.775	1.973	3.854	1.974
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	2.856	332	4.906	364
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	18.058	6.590	22.103	8.949
Variação monetária sobre Concessão ANEEL	-	-	14.115	6.941
Variação monetária outras	3.665	4.671	3.966	4.703
Variação cambial sobre empréstimos e	(54.532)	(25.138)	(54.532)	(25.138)
Perdas com operações de *swaps* cambiais	21.551	17.441	21.551	25.684
CPMF	14.483	11.786	19.947	15.565
Outras	7.926	5.218	10.111	5.953
	144.527	**169.323**	**235.255**	**263.874**
	62.502	**76.562**	**134.653**	**156.208**

29 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

Em novembro de 2007, a Companhia liquidou sua última operação *swap* no mercado de balcão, onde a variação cambial de empréstimos e financiamentos era trocada pela variação do CDI.

O resultado dessas operações está apresentado na despesa financeira na rubrica “Perdas com operações de *swaps* cambiais”.

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2007		2006	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda estrangeira	299.197	322.316	388.401	363.812
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda nacional	117.360	116.564	211.948	215.188
Debêntures	592.440	483.202	215.004	195.865
	1.008.997	**922.082**	**815.353**	**774.865**

	Consolidado			
	2007		2006	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda estrangeira	299.197	322.316	388.401	363.812
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda nacional	792.558	721.916	527.929	456.127
Debêntures	721.479	601.958	361.178	332.301
	1.813.234	**1.646.190**	**1.277.508**	**1.152.240**

30 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. – ITASA

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana.

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica ITÁ, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Companhia Energética Meridional – CEM

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, no montante anual de 2.395.903 MWh. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Companhia Energética São Salvador – CESS

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Suez-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

Em 17.04.2007, a Companhia celebrou contrato com a Suez-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária - A.G.E. realizada em 17.04.2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000 EUROS, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2007							2006
	SESA[a]	CEM	ITASA	LAGES	TBLC[b]	CESS[c]	Total	Total
Ativo								
Contas a receber	12	338	1.715	800	53.124	62	**56.051**	**17.732**
Dividendos a receber de controladas	-	61.363	3.429	4.929	21.285	-	**91.006**	**103.021**
Passivo								
Fornecedores	-	33.372	9.945	8	6.387	-	**49.712**	**42.068**
Dividendos e juros s/ o capital próprio	365.602	-	-	-	-	-	**365.602**	**327.989**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007								2006
	SUEZ[d]	DELTA	CEM	ITASA	LAGES	TBLC[b]	CESS[c]	Total	Total
Resultado									
Receita operacional									
Suprimento de Energia	-	-	-	-	5.801	323.593	-	**329.394**	**142.121**
Serviços									
Administração	-	-	681	-	107	26	389	**1.203**	**759**
Oper. e manut.	-	-	1.790	10.167	1.484	-	-	**13.441**	**12.995**
Custo de Energia Elétrica									
Compra energia	-	-	277.017	116.136	-	-	-	**393.153**	**382.798**
Outros	-	-	-	-	31	-	-	**31**	**18**
Despesas Operacionais									
Gerais e Administrativa	2.540	-	-	-	-	-	-	**2.540**	**-**
Financeiro									
Receita financeira	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**213**
Resultado de Participações Societárias	-	(31)	94.978	12.149	7.929	64.066	-	**179.091**	**113.538**

(a) Suez Energy South America Participações

(b) Tractebel Energia Comercializadora

(c) Companhia Energética São Salvador

(d) Suez-Tractebel S.A.

31 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 é de R$ 209.041 (R$ 243.059 em 31.12.2006).

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES. Como interveniente, a Companhia assumiu as obrigações em relação aos contratos:

- garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas, coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão; ceder ao BNDES quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 totaliza R$ 156.109 (R$ 180.511 em 31.12.2006).

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2007 totaliza R$ 31.877 (R$ 38.585 em 31.12.2006).

Companhia Energética São Salvador – CESS

A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente deu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 é de R$ 407.210.

32 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.570.974 mil, equivalentes a R$ 6.325.266 em 31.12.2007, e de lucro cessante com valor declarado de US$ 42.458 mil, equivalentes a R$ 75.206 em 31.12.2007. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000 mil, equivalentes a R$ 442.825 em 31.12.2007, por evento.

A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada Companhia Energética Meridional - CEM, está incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US$ 278.569 mil, equivalentes a R$ 493.429 em 31.12.2007.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 88.565 em 31.12.2007. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 25.000 mil equivalentes a R$ 44.283 em 31.12.2007, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 88.565 em 31.12.2007.

A Companhia Energética São Salvador – CESS, controlada da Tractebel Energia desde 01.05.2007, possui apólice de seguros de riscos de engenharia com cobertura de manutenção ampla de 12 meses, com limite máximo de indenização de R$ 701.880. A CESS possui ainda, duas apólices de responsabilidade civil com coberturas de R$ 22.200 cada.

Além destes seguros estratégicos, a Tractebel Energia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade para conselheiros, diretores e administradores extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

33 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

A Companhia tem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está quase totalmente contratada até 2008 e com parcela significativa contratada em 2009 e 2010.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu Portaria, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 01.04.2005, foi publicada Resolução Normativa ANEEL estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos, o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato de 300 MW foi reduzido para, aproximadamente, 72 MW. Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia, a título de multas e ressarcimentos (o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física), a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

Em 20.06.2006, a ANEEL, através de Resolução Normativa, reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica por parte desta empresa. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS, renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato em 22 de maio de 2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém, a MSGás comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petrobras, vendedora do gás para a MSGás.

Ante a ameaça da Petrobras de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou medida cautelar contra a MSGás e a Petrobras, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

A Companhia também ajuizou ação ordinária visando a renovação do contrato por mais um período, cujo processo está tramitando no Poder Judiciário da Comarca do Mato Grosso do Sul.

Em recente recurso ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça, a Petrobras obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento de gás para a Usina.

Em conseqüência, a Companhia tem comprado energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para suprir o lastro de energia vendida de Arjona. Alternativamente, está sendo avaliada a viabilidade da usina operar com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

34 – ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA - LEI 6.404/1976

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15.12.1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, com vigência a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações podem ser sumarizadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC;
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA;
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para atender às práticas contábeis.
- Criação de dois novos subgrupos de contas: Intangível, no Ativo Permanente e Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial; ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiveram vinculadas à efetiva transferência de controle;
- Normatização de novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos;
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Introdução do conceito sociedade de grande porte;

A Companhia já vem apresentando a DFC e a DVA como informações suplementares às demonstrações contábeis divulgadas, e a segregação do Intangível, no Ativo Permanente.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que as alterações introduzidas pela nova lei poderiam resultar em suas demonstrações contábeis e nos resultados dos exercícios seguintes.

35 – EVENTO SUBSEQÜENTE

A Tractebel Energia S.A. e sua controlada integral Companhia Energética Meridional – CEM, comunicaram através de Fato Relevante publicado em 24.01.2008, que seus Conselhos de Administração submeterão aos seus acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada, a incorporação, pela Tractebel Energia, de sua subsidiária integral CEM, mediante a versão do patrimônio líquido da CEM, a valor contábil.

A incorporação pretendida objetiva a simplificação da estrutura societária do grupo, mediante a reestruturação societária e patrimonial concernente na operação de incorporação da CEM pela Tractebel Energia, a qual não só reduzirá a estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos, bem como facilitará a unificação, padronização e aperfeiçoamento da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas e permitirá a eliminação dos custos de negociação que a manutenção das duas companhias impõe.

O Protocolo de Incorporação de Ações e Sociedade e Instrumento de Justificação foi firmado entre as partes e a proposta de incorporação foi previamente aprovada pelo Conselho de Administração das Companhias e pelos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da CEM.

Adicionalmente, a ANEEL, através de Resolução autorizativa, anuiu a transferência da concessão de geração da Usina Hidrelétrica Cana Brava – UHCB para a Tractebel Energia, em virtude da referida incorporação.

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

Pierre Michel Philippe Chareyre
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 S-SC

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	12
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
08	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	19
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	20
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	22
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	45/109